



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 36 - Nº 724 - DE 22 DE SETEMBRO A 5 DE OUTUBRO DE 2024 - R\$ 5,00

## Guerras e escalada militar

**Sem levantes da classe operária,  
avança a barbárie capitalista**

**Eleições municipais retratam  
a decomposição da  
democracia oligárquica**

**VOTO NULO, EM DEFESA DO PROGRAMA DOS  
EXPLORADOS E DOS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA**

**Pela independência organizativa e política  
da classe operária e demais trabalhadores**

**Impulsionar a construção do Partido Operário  
Revolucionário no seio do proletariado**

***Novo livro do Partido Operário  
Revolucionário – Pela reconstrução  
do Partido Mundial da Revolução  
Socialista, a IV Internacional!***



**R\$40**

**ADQUIRA  
COM O  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS**

***“Internacionalismo Proletário. Guerras na Ucrânia e  
na Faixa de Gaza potenciam a crise mundial”***

# Guerras e escalada militar

## *Sem levantes da classe operária, avança a barbárie capitalista*

O prolongamento da guerra na Ucrânia, que em mais alguns meses entra no terceiro ano, e da intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, que no dia 7 de outubro completará um ano, marcam a foga a crise mundial. Como pano de fundo, recrudescer a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. A recente queda abrupta nas Bolsas de Valores iniciada no Japão é um sinal de que se aproximam convulsões econômicas mais amplas e profundas.

Nesse marco, emergem as crises políticas em vários países de alcance regional e internacional. As atribuladas eleições nos Estados Unidos estão no epicentro da decomposição das democracias burguesas. A Europa se viu estarrecida com a ascensão em dois estados da Alemanha do partido declaradamente nazista. Na França, as eleições parlamentares antecipadas por Emmanuel Macron aumentaram ainda mais a instabilidade política. Na América do Sul, as eleições na Venezuela foram motivos para os Estados Unidos exercerem uma forte pressão em favor da oposição pró-imperialista e pela remoção do regime chavista. Na Argentina, por sua vez, o governo ultradireitista de Javier Milei enfrenta resistência das massas às brutais contrarreformas.

O Brasil não escapa a esse quadro de instabilidade crescente. O governo Lula se sujeitou aos interesses da oligarquia, e a ultradireita força caminho para retornar ao comando do Estado. Essa polarização se reflete nas eleições municipais.

Na África, vários conflitos resultam em enfrentamentos armados, e mesmo em guerras civis. A situação econômica e política no sudeste asiático se movimenta sob a projeção da guerra comercial entre potências imperialistas e a China.

Os explorados em todo o mundo se ressentem da alta concentração de riqueza em poder da minoria capitalista e avanço da pobreza e miséria. Greves e manifestações ocorrem frequentemente, mas isoladas e controladas pelas direções pró-capitalistas e mesmo pró-imperialistas. Não deixam, porém, de refletir as tendências ao agravamento da luta de classes, por meio da qual os explorados influenciam o curso da crise mundial do capitalismo e podem erguer seu programa próprio e suas organizações independentes das forças burguesas.

Evidentemente, devido às direções pró-capitalistas e pró-imperialistas, que bloqueiam os sindicatos e sufocam os instintos de revolta das massas, a luta de classes se acha em atraso diante das contrarreformas, do aumento da pobreza, do recrudescimento da opressão nacional e das guerras em andamento. Esse atraso põe à luz do dia o significado histórico da crise de direção.

O imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos, se acha com as mãos livres para gestar e promover as guerras, que destroem forças produtivas e impõem pelas armas os saques. As guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza emergem da decomposição da ordem estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. Distinguem-se das inúmeras guerras anteriores – Vietnã, Iraque, Síria, Líbia, Afeganistão etc. – pela sua projeção mundial. Ou seja, por colocar os Estados Unidos e aliados em posição de guerra com a Rússia e a China.

A derrocada da URSS – um objetivo histórico do imperialismo e motivo da criação da OTAN e, conseqüentemente, da formulação da estratégia da “Guerra Fria” – e as reformas restauracionistas assumidas pelo Partido Comunista da China não resolveram as contradições do capitalismo da época impe-

rialista. As suas incorporações na ordem burguesa comandada hegemonicamente pelos Estados Unidos acabaram por evidenciar o esgotamento histórico do capitalismo.

A partilha do mundo da Segunda Guerra implicou acomodar a influência da URSS, por ter feito parte da aliança vencedora e ter sido fundamental para levar a Alemanha e o Japão à derrota. Essa partilha foi progressivamente perdendo vigência na medida em que a hegemonia norte-americana se impunha, as revoluções iam sendo contidas e a contrarrevolução esmagava a luta de classes mundial. Nesse terreno de estancamento do processo revolucionário, as tendências restauracionistas se agigantaram e desmoronaram as conquistas revolucionárias no Leste Europeu, empurraram a URSS para o precipício e abriram as comportas da China à penetração do capital imperialista, bem como facultaram o desmonte do sistema estatal originado na revolução de 1949 e gestaram o impulso das relações capitalistas de produção.

As vitórias do imperialismo após a Segunda Guerra – apesar da fervorosa vitória do Vietnã na década de 1970 – sendo as mais importantes a interrupção provisória da transição do capitalismo ao socialismo, prepararam o caminho para a nova etapa de desintegração do capitalismo que hoje se manifesta abertamente.

O perigo de a guerra na Ucrânia colocar frente a frente a OTAN e a Rússia e a guerra na Faixa de Gaza se ampliar com os ataques de Israel ao Líbano, Síria e Irã vem se tornando mais sensível. No dia 22 de setembro, ocorrerá a “Cúpula do Futuro”, da ONU, em Nova York. Eis a apreensão de seu Secretário-geral, António Guterres: “Conflitos ferozes estão infligindo um sofrimento terrível. Divisões geopolíticas profundas estão criando tensões perigosas, multiplicadas por ameaças nucleares (...). E não temos uma resposta global eficaz para as ameaças novas e até mesmo existenciais.”

A invasão, pela primeira vez, do território russo pelas forças ucranianas e a possibilidade da aliança imperialista autorizar bombardeios com mísseis de longo alcance levaram a Rússia a retomar a ameaça do uso de armas nucleares. Esse é o ponto nevrálgico a que chegou a guerra. No Oriente Médio, Israel amplia seu raio de ação, negando-se até mesmo um cessar-fogo. A tentativa da China e Brasil de levar a Ucrânia e a Rússia à mesa de negociação tem sido rechaçada pelos Estados Unidos, que ditam as ordens ao governo ucraniano. Ao contrário de as potências caminharem para uma pausa na escalada militar, já se reconhece que o mundo está diante de uma “nova corrida nuclear” e que as “potências mergulham na primeira corrida nuclear do pós-Guerra Fria”. Elevam-se os orçamentos trilionários destinado ao militarismo.

Se a classe operária mundial não reagir a tempo, o imperialismo ampliará o horizonte de uma conflagração de dimensões incalculáveis. Somente um movimento revolucionário das massas pode erguer as barreiras à escalada militar e lutar com o programa da revolução social. É dever da vanguarda com consciência de classe trabalhar contra as guerras de dominação no campo da luta e da independência de classe.

Somente o proletariado pode combater a dominação imperialista com o programa de paz sem anexação e do direito à autodeterminação das nações oprimidas. É com esse mesmo programa que combate pela reconquista de posições revolucionárias diante da restauração capitalista.

# Por que o voto nulo expressa a defesa da independência de classe dos explorados e a estratégia revolucionária

Os partidos da burguesia e a quase maioria dos partidos de esquerda temem o voto nulo. Os primeiros porque estão em disputa por arrastar as massas por detrás de suas candidaturas e se fortalecerem no poder do Estado burguês. Os segundos porque caçam votos de uma pequena minoria de descontentes, e precisam de alguma expressão eleitoral voltada a sustentá-los como correntes de esquerda adaptadas à democracia burguesa. O voto nulo ainda que sirva de protesto é uma manifestação contraposta a todos os partidos, independentemente de sua orientação política e ideológica. O motivo está em que a classe operária e os demais explorados não contam com um partido revolucionário que possa usar as eleições estritamente como um meio auxiliar para lutar contra a classe capitalista e seu Estado.

As eleições são um momento e um terreno privilegiados para as disputas interburguesas. Predominam o poder econômico, o monopólio dos meios de comunicação e os aparatos vinculados ao domínio da burguesia – igrejas, associações civis, instituições de caridade, ONGs etc. Nas eleições municipais, em particular, emerge a influência do narcotráfico, que faz parte do poder econômico ainda que de forma marginal ao Estado. As esquerdas, divididas e atomizadas, deixam transparecer sua impotência como correntes sujeitas às pressões da democracia burguesa e, contraditoriamente, da luta de classes. Não podem ser identificadas com o ordenamento partidário dominante e não têm como se contrapor a ele por meio do programa revolucionário e dos métodos da ação direta. Em palavras, procuram se apresentar como “alternativas socialistas”. A linha esquerdista se perde em demagogia e em subordinação ao ordenamento burguês das eleições. Em demagogia, com a verborragia anticapitalista; em subordinação, com a política de não enfrentamento à democracia burguesa.

Os partidos da burguesia arrastam as massas tendo em suas mãos os aparatos de controle social da maioria oprimida. Os sindicatos que são organizações da classe operária e dos trabalhadores em geral acabam servindo de instrumentos desses aparatos. As correntes de esquerda carecem desses aparatos e não constituem uma força política dirigente de uma fração dos explorados. A demagogia do anticapitalismo e do socialismo socialdemocrata não sensibiliza as massas, que se acham passivas e controladas pelos partidos da burguesia e demais aparatos de dominação. A ideia de que é possível derrotar os candidatos dos milionários no terreno das eleições, por si só, dá a dimensão do quanto os partidos de esquerda são arrastados pela poderosa onda eleitoral da burguesia.

Os explorados que chegam a conhecer a propaganda de partidos que se reivindicam do socialismo e inclusive da revolução socialista não conseguem saber porque estão divididos e concorrendo entre si em uma camada social tão pequena. A hipocrisia é a marca das esquerdas nas eleições, que se revela quando se propõem a resolver males tão profundos da barbárie capitalista que emergem nos centros urbanos. A miséria, a fome, as habitações das favelas, os moradores de rua, a matança policial, o tráfico de drogas, a precária saúde pública, a decadência do sistema escolar e o esmagamento da juventude são apresentados como possíveis de solução ou amenização. Fazem propaganda eleitoral como se o capitalismo fosse passível de reformas a depender da força política que comanda o Estado. Colocam-se como candidatos capazes de acabar com a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e construir milícias populares. É atraente como objetivo de combate à militarização do Estado, mas não passa de palavreado esquerdista. As correntes que procuram se afastar dos partidos da burguesia têm em comum o ocultamento da estratégia de derrubada da burguesia

do poder por meio da revolução social. Negam-se a mostrar que a democracia burguesa se encontra em profunda decomposição e que não se pode esperar absolutamente nada do Estado, seja na federação, estados e municípios. O jargão de que lançam seus candidatos para combater a direita e a ultradireita cai por terra diante da negativa em mostrar o caminho da revolução proletária, como a única via para pôr abaixo o poder da burguesia e com ele a própria democracia apodrecida, de onde a ultradireita extrai sua força política e os partidos burgueses de centro-esquerda evidenciam sua incapacidade para esmagar as tendências fascizantes. Essas contradições são próprias do capitalismo historicamente esgotado.

Está plenamente definido o curso das eleições municipais. A polarização entre o PT e seus aliados com a ultradireita do PL e aliados não alterará as relações de dominação que prevalecem no âmbito dos poderes municipais. Em mais uma eleição, as oligarquias locais não serão removidas em favor da democratização do poder burguês. Tudo indica a confirmação das pesquisas eleitorais de que partidos como o PT, PSOL e PCdoB que formam uma coligação sob a guarda de Lula não terão como derrotar eleitoralmente o PL, União Brasil, PSD e PP, que formam a direita e a ultradireita burguesas, sob a guarda de Bolsonaro. Esses partidos, de fato, comandam a política brasileira, mesmo quando não detêm a Presidência da República. Controlam todas as instâncias do Estado. A informação de que “os candidatos em São Paulo gastam R\$ 1,7 milhão em anúncios na internet em uma semana” basta para saber que as eleições são um grande momento de negociações entre os partidos e os capitalistas. A esquerda eleitoreira recebeu uma pequena fração dos milhões que vêm do Fundo Eleitoral. Mesmo assim, se valerão de R\$ 3,4 milhões cada uma dessas correntes, que não exercerão nenhuma influência sobre as massas.

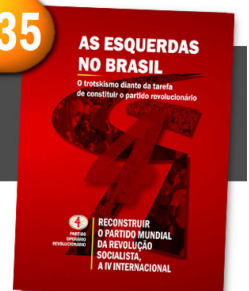
É nessas condições políticas que o Partido Operário Revolucionário se posiciona e defende o voto nulo. Devido ao seu caráter embrionário também não tem como exercer uma influência significativa sobre a classe operária, demais explorados e juventude oprimida. No entanto, a defesa de um programa de ação e de independência política diante dos poderes da burguesia prepara o caminho para se erguer como partido da revolução proletária. Objetivamente, o capitalismo em decomposição, a polarização entre a minoria capitalista e a maioria explorada e as tendências da burguesia em sacrificar ainda mais as condições de existência dos trabalhadores colocam à luz do dia a barbárie social e a necessidade histórica da revolução proletária. É sobre essas bases objetivas que a vanguarda com consciência de classe, lutando com o programa e os métodos próprios do proletariado, impulsionará a construção do partido marxista-leninista-trotskista, que expressa a continuidade das conquistas anticapitalistas e socialistas. O voto nulo e a campanha pelo programa de ação correspondem não apenas ao momento eleitoral, mas ao desenvolvimento da luta de classes.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

**AS ESQUERDAS  
NO BRASIL**

O Trotskismo  
diante da Tarefa  
de Construir  
o Partido  
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.





## Compromisso eleitoral de Boulos com a burguesia

O fato de Guilherme Boulos ter iniciado sua carreira política como dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e de ter sido responsabilizado por incentivar ocupações de terrenos e imóveis levou a imprensa a questioná-lo sobre esse passado. O candidato do PSOL concorre pela segunda vez à prefeitura de São Paulo. De forma que esse passado condenado pelo poder econômico e político da burguesia não comparece agora como novidade. A diferença está em que Boulos, dessa vez, pode ir ao segundo turno, apesar a probabilidade de vencer é menor que a de seu adversário Ricardo Nunes. Eis por que a imprensa que é favorável a Nunes exigiu respostas mais claras sobre questões como ocupações pelo MTST, fortalecimento da polícia municipal (GCM), cracolândia e aborto.

As respostas têm duas características, as afirmativas e as evasivas. Em ambos os casos, expressam a adaptação de Boulos à ordem capitalista e à barbárie social. Foi taxativo em afirmar que no caso de ocupação de terreno e imóvel agirá contra os sem-teto por meio da Justiça e da polícia. Eis a sua resposta: “Vamos dialogar com movimentos. Agora, havendo uma situação como essa, não vou prevaricar. Senão, eu sou preso. Você (Eu tenho) tem obrigações funcionais”. Essa história de “dialogar” é típica do reformismo pequeno-burguês, que serve em última instância aos interesses dos capitalistas. O surpreendente é a covardia e a capitulação de Boulos quando afirma que tem de cumprir a função de carrasco dos oprimidos. Ou seja, o de assumir a função da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados que se rebelam nas condições de pobreza, miséria e fome.

Os trabalhadores devem rechaçar tanto as candidaturas do impostor Boulos, do opressor Nunes e do aventureiro ultradireitista Marçal, bem como dos demais concorrentes, que inclui as esquerdas adaptadas à democracia burguesa oligárquica. O voto nulo é a defesa legítima da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida.

A defesa de Boulos de ampliar a GCM é parte da resposta di-

rigida à questão dos sem-teto. Quanto à liberação do aborto e descriminalização da maconha, prevaleceu a resposta evasiva. Boulos diz que esse é um problema que foge à esfera municipal. Afirma evasivamente: “É importante apontar que estes temas não estão na atribuição do prefeito. Então, é natural que isso não esteja no centro da campanha. São temas que envolvem legislação nacional, em sua maioria. Sou candidato a prefeito (...)”. Como se vê, o fujão oportunista nega a se posicionar para assim caçar votos entre a população catequizada pela ideologia burguesa e, especialmente, pela religião, que condenam o aborto e a descriminalização da droga. O aborto é um dos grandes problemas que evidenciam a opressão sofrida pelas mulheres. As drogas são um problema de ordem mundial que retratam a decomposição social do capitalismo. É uma das grandes enfermidades sociais, entre muitas.

Está bem claro, portanto, que Boulos está à procura de uma vitória eleitoral a qualquer custo. Partidos de esquerda que o apoiam, como o PCB, e o próprio PSOL, passam a ser coniventes com essa posição pequeno-burguesa reacionária. Os sem-teto não têm como lutar pela moradia se não usar o método coletivo das ocupações, inclusive da resistência aos despejos policiais. O poder público e, em particular, a Justiça agem sempre em defesa da propriedade privada dos meios de produção. A polícia municipal (GCM) faz parte do sistema policial estadual e federal. É um dos braços armados da burguesia para combater a luta de classes e proteger os interesses dos capitalistas e da classe média privilegiada. O aborto é um direito inalienável nas condições em que o capitalismo, ao contrário de eliminar a discriminação da mulher, a fortalece. As mulheres que mais padecem da criminalização do aborto são as mais pobres. As drogas comprometem em grande escala a juventude. Embora atinjam todas as camadas sociais, é a juventude pobre e miserável que é arrastada para o narcotráfico. Trata-se, portanto, de lutar pela superação da barbárie por meio da organização das lutas por um programa de reivindicações (emprego a todo jovem, combinação da escola com o trabalho etc.) e pelos objetivos da revolução social.

Fortaleza/CE

## Polarização entre candidato bolsonarista (André Fernandes) e da frente ampla (Evandro Leitão) vai ganhando projeção

As últimas pesquisas de intenção de voto têm indicado uma virada na disputa pela prefeitura municipal. O candidato oficial do bolsonarismo e o candidato petista da coligação do governo estadual passaram à ponta nas pesquisas, embora estas não tenham perdido o caráter embolado, com os quatro principais candidatos muito próximos uns dos outros. A diferença agora é que André Fernandes (PL) e Evandro Leitão (PT), que estavam na 3ª e 4ª posições, respectivamente, no início de setembro, projetam-se como as principais candidaturas, registrando um crescimento contínuo e persistente.

O crescimento de ambos, sem dúvida, reflete as inserções na TV, rádio e internet que beneficiaram as duas candidaturas acima, donas dos maiores tempos de propaganda eleitoral. As pesquisas

do Instituto Paraná e Real Time Big Data, realizadas após 15 de setembro, tem mostrado uma deterioração das intenções de voto no atual prefeito, José Sarto/PDT e no então líder, capitão Wagner/União Brasil. Na primeira, capitão Wagner ainda lidera com 24% das intenções de voto mas já em empate técnico com André Fernandes que alcançou 22,1%. Evandro Leitão aparece em terceiro com 19,4% e bem à frente de Sarto que caiu para 16,8%. O senador Eduardo Girão/Novo manteve os 3% de votos das pesquisas anteriores e os candidatos que se reivindicam da esquerda (Técio/PSOL, Chico Malta/PCB e Zé Batista PSTU) registraram menos de 1% cada. A pesquisa Big Data, divulgada alguns dias depois, em 18/09, confirmou a tendência de queda dos antigos oponentes, assim como o início da polarização entre o bolsonarismo, de um

lado, e o reformismo e seus aliados, de outro. Os dados mostram um empate acirrado na disputa pelo primeiro lugar, entre André Fernandes e Evandro Leitão, que alcançam 23% das intenções de voto cada. Wagner amargava apenas o 3º lugar com 20%, enquanto Sarto despencava para o 4º com 15%.

Os 18 dias de propaganda eleitoral e campanha maciça das máquinas partidária e estatal, alteraram o quadro anterior das eleições. Com mais tempo de TV e ataques incisivos, André Fernandes penetrou nas bases de Wagner e arrastou uma fatia considerável de seus apoiadores (inclusive no público evangélico). Eleitores conservadores e ultradireitistas têm migrado de Wagner para o ambicioso André Fernandes à procura de uma liderança raivosa, histriônica e pouco afeita a acordos com os governos. Por sua vez, a intensa ofensiva da máquina estadual, o empenho pessoal de Lula e Camilo alçaram o desconhecido Evandro para as primeiras posições nas pesquisas, na disputa por uma vaga no 2º turno. No caso de Sarto (a única esperança de Ciro), seu calcanhar de Aquiles continua a ser, tal como antes, a grande rejeição de sua gestão.

As oscilações nas intenções de voto das candidaturas burguesas têm produzido seus efeitos. A corrente Resistência-PSOL, para surpresa de ninguém, passou a clamar pela “unidade das esquerdas”, diante do avanço da candidatura de André Fernandes. Numa mescla de cinismo e oportunismo pregam, em nome

do combate ao “fascismo”, não apenas a retirada da candidatura de seu próprio partido, como a dos demais para o apoio ao candidato burguês de Centro, Evandro Leitão/PT. Por outro lado, as candidaturas eleitoreiras das esquerdas continuam a propor uma saída pela via eleitoral e se propõem a administrar o Estado em favor dos oprimidos.

Como se pode ver, o circo eleitoral segue o seu curso tortuoso. As massas são enganadas e levadas a votar nos seus inimigos, que se apresentam como demagogos eleitoreiros capazes de solucionar os grandes problemas da fome, miséria, violência etc. A burocracia sindical, mergulhada no eleitoralismo, passa longe de defender os métodos próprios dos explorados como via para a conquista das suas reivindicações.

O POR tem denunciado as candidaturas burguesas e realizado a campanha em defesa do voto nulo, da independência de classe dos explorados e pela construção do partido operário revolucionário. A decomposição capitalista avança irresistivelmente. Os trabalhadores conscientes precisam se livrar da profunda crise de direção que os mantém atrelado à política burguesa e pequeno-burguesa. É preciso lutar contra a conciliação de classe, por uma política proletária e revolucionária, pela assimilação do marxismo-leninismo-trotskismo.

Porto Velho/RO

## Por que vem crescendo a ultradireita em Porto Velho

A disputa eleitoral para a prefeitura de Porto Velho tem se intensificado nas últimas semanas. Saiu a segunda pesquisa das intenções de votos após as propagandas televisivas. Mariana Carvalho (União Brasil) continua liderando as pesquisas, com um crescimento de 5%, que a coloca com 56% das intenções de voto. As pesquisas apontam que, se continuar neste ritmo, não acontecerá o segundo turno em Porto Velho, pois a vitória é desta candidata apoiada pelo prefeito direitista Hildon Chaves.

Na mesma pesquisa do dia 17/09, mostrou Leo Morais (Podemos), a juíza Euma Tourinho (MDB) e Célio Lopes (PDT) tecnicamente empatados em segundo lugar. Os demais candidatos, Samuel Costa (Rede), Ricardo Frota (Novo) e Dr. Benedito Alves (Solidariedade) estão com 1% dos votos. Nessa pesquisa também foi demonstrada a porcentagem de votos brancos e nulos, que se elevaram de 8% para 11%.

Essa campanha para prefeito da capital do estado tem demonstrado um fortalecimento dos partidos que expressam as tendências mais reacionárias no município, em consonância com o restante dos municípios de todo estado. Basta lembrar que nas últimas eleições gerais 70% do eleitorado votaram na ultradireita. Isso só testemunha o quanto tem aumentado a despolitização dos explorados.

O refluxo dos movimentos e a apatia das direções sindicais e populares são os responsáveis pelo crescimento da ultradireita, que tem o controle da máquina do estado (governador) e da prefeitura. Os trabalhadores e a juventude oprimida em Porto Velho não contam com uma direção classista e de luta. A CUT, sindicatos como Sintero e entidades estudantis há muito deixaram de organizar as lutas coletivas para enfrentar os governantes e defender as reivindicações da maioria oprimida. Isso ocorre no momento em que governador e prefeito continuam descarregando a crise econômica sobre os trabalhadores.

Desde 2017, o prefeito Hilton Chaves não fez outra coisa senão retirar direitos dos servidores do município, no entanto, esteve de mãos livres por que a burocracia sindical foi incapaz de organizar dos explorados, em particular os servidores municipais. Nesse período de oito anos, impulsionou a terceirização na educação e saúde. Na educação, aumentou o serviço de horas-extras na docência, fez concurso em 2019 e não convocou todos os aprovados, agora implantou o voluntariado remunerado nas escolas com valores miseráveis, justificando processo de terceirização. Por último, está retirando os professores que atendem estudantes em salas especiais e sala das creches para suprir as necessidades do ensino fundamental de 1º ao 5º ano. Sem falar na aplicação do piso nacional, que anos após anos é só enrotação. Somente com a pressão da base resolveu pagar, depois de muita embromação.

As campanhas eleitorais acontecem em meio a intensas queimadas e fumaças que deixam Porto Velho como a cidade mais poluída do país, sem contar com a baixa do volume de água do Rio Madeira, impossibilitando o tráfego das navegações e de inúmeros estudantes que dependem deste transporte para chegarem à escola. Os candidatos escondem os reais problemas. Isso para arrastar os explorados para a farsa das eleições.

Por outro lado, a conduta das direções sindicais e populares não se difere dos politiqueiros. Procuram convencer os trabalhadores da falácia do voto contra as candidaturas da ultradireita.

A Corrente Proletária intervém nas eleições defendendo o programa de reivindicações dos explorados, responsabilizando os capitalistas, o agronegócio e os latifundiários pelas queimadas e pela situação dramática dos rios, entre eles o Madeira. Chama os trabalhadores e a juventude oprimida a votarem nulo, a confiarem somente em nossas próprias forças coletivas para enfrentar a burguesia e a ultradireita.

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



# Sobre os incêndios e o avanço da destruição da natureza

Publicamos abaixo a resposta do Partido Operário Revolucionária da Bolívia, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), sobre os incêndios. Acontecimento destrutivo da natureza que envolve diretamente a Bolívia, Brasil, Peru e Paraguai, que compartilham a região amazônica. No caso do Brasil, as previsões de devastação de regiões inteiras e, em especial, do ecossistema da Amazônia e Pantanal, são trágicas. Instalou-se uma discussão no interior da política burguesa sobre a responsabilidade dos governantes. Uma fração afirma que faltou prevenção e, portanto, investimentos. Outra diz que se trata, principalmente, de ações criminosas. Todos dizem estar de acordo de que é preciso mudar a matriz energética, e que os desequilíbrios que atingem a natureza é de ordem mundial e de responsabilidade de todos os Estados, principalmente dos mais desenvolvidos e ricos.

São discussões, argumentos e divergências políticas que ocultam o fundamental: o capitalismo é um sistema anárquico de produção e distribuição que saqueia a natureza em função da acumulação de capital e concentração de riqueza. Os latifundiários, fazendeiros, agroindustriais e mineradores que se valem do veloz desmatamento, das queimadas, das grilagens, da poluição dos rios, dos desvios de águas, das reservas indígenas etc. fazem parte da mesma classe de saqueadores da natureza que se enriquecem com a exportação de commodities. Todos estão, de uma forma ou de outra, sob a proteção do Estado, uma vez que são grandes proprietários dos meios de produção. As potências, chamadas a assumirem a maior parte da responsabilidade, por serem as grandes emissoras de monóxido de carbono e consumidoras de energia, ditam as ordens e garantem os interesses dos monopólios. Assim, a ampliação dos desequilíbrios naturais é revestida de demagogia e hipocrisia dos ecologistas burgueses e pequeno-burgueses.

A resposta do POR da Bolívia corresponde à política do proletariado e do programa da revolução social.

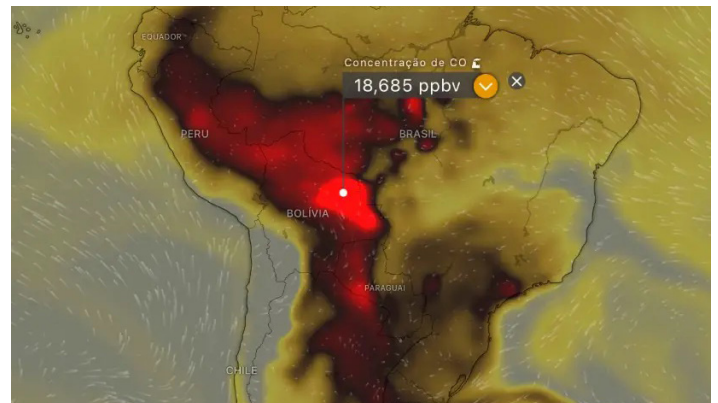
## LUTA DOS ECOLOGISTAS PELA DEFESA DO MEIO AMBIENTE SE ESGOTA NA SUA COVARDIA POR NÃO CONDENAR O CAPITALISMO COMO RESPONSÁVEL PELO ECOCÍDIO DO PLANETA

*O capitalismo tende a destruir as suas duas fontes de riqueza, a natureza e os seres humanos. Marx*

A preservação da natureza em sua interrelação com a sociedade humana é impossível sob o capitalismo. Só poderá ocorrer na nova sociedade socialista em que o interesse coletivo permita a exploração planejada dos recursos naturais sem destruir o planeta.

Grandes incêndios descontrolados estão destruindo a floresta Amazônica no leste da Bolívia, Brasil, Peru e Paraguai. Estes países têm as suas raízes principalmente no modelo produtivo agroexportador capitalista que, em Santa Cruz, gostam ostensivamente de chamar de “modelo produtivo Cruzenho”, dominado por empresas multinacionais numa cadeia que é alimentada por grandes, médios e pequenos produtores. As grandes empresas do setor agroindustrial da soja e pecuária, de capital dos EUA, Peru, Brasil, Paraguai e bancos, são as que promovem a expansão da fronteira agrícola porque, para essas empresas, esse é o caminho para obter grandes lucros. Todos os anos são fornecidos créditos e insumos para promover o desmatamento e o desenvolvimento de novas terras. Aumentando ano após ano as possibilidades de longas secas e incêndios, devido à eliminação da massa florestal.

Essas empresas agrícolas multinacionais produzem principalmente para exportação. Têm setores aliados que as apresentam como aqueles que garantem a segurança alimentar da Bolívia, mas, na realidade, produzem principalmente para exportação, e assim garantem os seus lucros em bilhões de dólares que vão para fora do país. Prova disso é que, em vez de produzirem trigo para fazer pão para os bolivianos, preferem produzir soja e seu derivado, a farinha de soja, enquanto a farinha de trigo deve ser importada do exterior, porque muito pouco se produz na Bolívia.



Neste momento há um debate sobre quem queima mais e a bola gira entre o CAO e os interculturais, a forma mais expedita de viabilizar terras é a queima. Agora, além das necessidades dos grandes exportadores de soja, girassol e carne, o governo, obrigado a fornecer diesel e gasolina, está a promover a produção de biodiesel que necessita de soja e outros produtos agrícolas. Sem falar dos empresários, nas petrolíferas e nas cooperativas mineiras, que também beneficiam dos incêndios porque obrigam as comunidades a abandonar os seus territórios, dando-lhes liberdade para saques e posterior destruição do ambiente.

Evo Morales declara que os decretos inflamatórios emitidos pelo seu governo respondiam ao clamor dos grandes, médios e pequenos produtores do Oriente.

A política ecocídio burguesa une todos os seus lacaios. Na Câmara dos Deputados, partidos governistas e opositores, aprovaram nesta quinta-feira, 12, ampla e detalhadamente o Projeto de Lei que “Autoriza ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) a conversão da classificação de Pequena Propriedade Agrícola para Média ou Empresarial”. “ . Mais uma etapa legal no processo de comercialização de terras para sua concentração nas mãos de grandes proprietários.

Ativistas ambientais organizaram inúmeras manifestações lideradas principalmente por jovens que gritavam “sem ouro, sem coca, a floresta não se toca”; em La Paz, foram reprimidos pela polícia.

Mas o protesto destas correntes ecológicas pequeno-burguesas é um protesto estéril, não é capaz de compreender que para o capitalismo o destino da natureza e da humanidade está subordinado ao insaciável interesse privado de acumulação de riqueza da burguesia, dos grandes consórcios imperialistas.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 2806, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

Minas Gerais

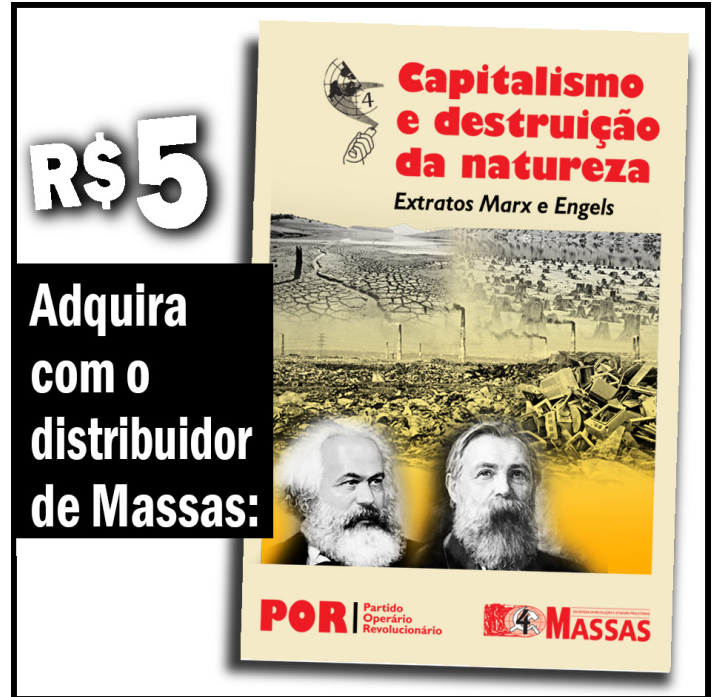
## Zema abre caminho para a destruição do meio ambiente

O Brasil está sofrendo com os incêndios. Por todos os lados, assistimos às florestas e matas ardendo em chamas. E o governador de MG, Romeu Zema (Partido Novo), demonstra estar mais preocupado em pegar o vácuo da inelegibilidade de Bolsonaro, pensando em impulsionar sua carreira na política burguesa. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que o estado já registrou, em 2024, a maior quantidade de focos de incêndio dos últimos 14 anos. Apenas no mês de agosto foram mais de 2 mil pontos de queimadas, o que representa um aumento de cerca de 100% em comparação com o mesmo período do ano passado. MG chegou a ocupar, agora em setembro, o posto de estado com maior concentração de queimadas no país.

Um dos fatores que pode ter contribuído para essa situação é o Decreto No 48.767, publicado em janeiro deste ano. A medida do governador desestruturou o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, denominado Força Tarefa Previncêndio (FTP), atribuindo aos órgãos militares a gestão das políticas voltadas ao combate e prevenção dos incêndios florestais, além de desconsiderar a atuação das brigadas populares e comunitárias, que conhecem e atuam nos territórios e que têm uma rede de apoio e atuação reconhecida cientificamente. O Decreto retira poder de decisão das brigadas sobre a gestão dos incêndios de grande escala, ampliando o risco à sociedade e à natureza.

Na mesma trilha de destruição, Zema tem ampliado a mineração no município de Congonhas. Os mineradores tudo prometem ao iniciar seus empreendimentos, mas na prática deixam somente os danos ao meio-ambiente, aos trabalhadores e moradores. Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) indicou que, apenas na região do Quadrilátero Ferrífero, a atividade mineradora provocou problemas respiratórios a moradores de 22 municípios.

O governo Lula/Alckmin, por sua vez, tem sido conivente com a destruição implementada por Zema - que desmascara os embates eleitorais. No fundo, as eleições burguesas não passam de uma farsa e deixam bem claro que só a luta do proletariado, com seus próprios métodos, pode barrar tanto a sanha da destruição do meio ambiente, como as mentiras contadas pelos representantes do capital, não só nos períodos eleitorais.




**NOSSA CLASSE**  
Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Setembro de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária - Ao operários e demais trabalhadores:

**Defender emprego a todos, salário mínimo vital, saúde e educação públicas, moradia e direitos, por meio da ação direta, das greves e manifestações!**

*Nenhuma ilusão nas eleições burguesas!*

*No dia 06 de outubro VOTE NULO! Digite 00*

A classe operária e demais explorados estão sendo bombardeados nos meios de comunicações pelas promessas e mentiras de todos os candidatos e partidos burgueses nas eleições municipais. São muitas as razões para não votar em nenhum deles.

A primeira. Todos falam que irão defender os trabalhadores. Mentira! Tanto o PT, PCdoB, PV, PSOL que estão no governo de frente ampla de Lula, quanto os partidos de oposição ultradireitista, como o PL de Bolsonaro, PP, União Brasil, Republicanos etc.,

aprovaram o valor do salário mínimo de R\$ 1.412,00, que condena 35% dos trabalhadores registrados e os aposentados que trabalharam a vida inteira a viver na miséria.

A segunda. Todos os partidos ligados ao governo e da oposição, o chamado (centrão), são a favor de continuar pagando a dívida pública, que é um verdadeiro saque do dinheiro público pago aos banqueiros. Somente em 2023 o governo Lula/Alckmin pagou R\$ 816,2 bilhões em juros aos credores da dívida pública, que compraram títulos da dívida.

A terceira. Enquanto os candidatos do PT e demais partidos que apoiam o governo falam na campanha eleitoral que irão defender melhores salários, a saúde e a educação públicas, o governo Lula e seu ministro Haddad, para manter o “déficit zero”, e garantir o pagamento dos juros da dívida pública, decretou 0% de reajuste salarial aos professores e servidores federais em 2024; está criminalizando as greves; aplicando multas aos sindicatos e descontando os dias de greve do salário dos trabalhadores do INSS, que estão em greve desde julho, reivindicando aumento salarial e direitos.

A quarta razão para não votar em nenhum dos partidos. Em São Paulo por exemplo, Ricardo Nunes que promete melhorar o transporte, a saúde é apoiado por Tarcísio de Freitas que é bolsonarista e apoiador de Nunes, está entregando as estatais para empresas privadas. Tarcísio privatizou a Sabesp, as linhas 8, 9 e 7 da CPTM e, já indicou para licitação as linhas 11,12 e 13 para os empresários lucrarem bilhões com o serviço de transporte. A maioria explorada também não deve votar em partidos que se dizem “revolucionários” como o PCO, PSTU, PCB, UP e outras correntes

políticas que também prometem melhorar a vida dos trabalhadores e mentem dizendo que votando em seus candidatos se chegará ao socialismo.

A classe operária e demais trabalhadores devem rechaçar a política de conciliação, oportunista e eleitoreira desses partidos que se dizem “socialistas”, mas que na prática querem ser eleitos para administrar o Estado burguês e manter, assim, o sistema de exploração capitalista.

O POR reafirma que não se chega ao socialismo por meio das eleições, votando neste ou naquele candidato que se diz “socialista”. Deixamos claro que somente expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução social, destruindo o capitalismo a nível mundial, será possível chegar ao socialismo. Frente à ausência de candidaturas revolucionárias nestas eleições e à impossibilidade de impor por meio da ação direta das massas nossas candidaturas e nosso programa revolucionário, o POR chama as massas exploradas a VOTAREM NULO, em defesa da independência política e da construção do Partido Operário Revolucionário. Chamamos a lutar sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, pela constituição do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

*Todo apoio a greve dos trabalhadores do INSS.*

*Abaixo a perseguição e criminalização do governo burguês de Lula à greve dos trabalhadores federais. Direito irrestrito de greve e manifestações. Devemos exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral.*

São Paulo - ABC

## Mercedes: operários terceirizados da empresa SeSe denunciam desvio de função e péssimas condições de trabalho!

Trabalhadores terceirizados da empresa SeSe denunciaram ao Nossa Classe que o coordenador Axion, mais conhecido como Cajú, está mandando os companheiros que trabalham de motoristas pintarem faixas de sinalização no pátio da Mercedes, serviço que deve ser feito pelo setor de manutenção civil da fábrica. Além de mandar os companheiros fazerem uma atividade que não corresponde a sua função, o baba ovo do Cajú, ainda ameaça os companheiros dizendo que se eles não fizerem o trabalho receberão advertência.

Outro companheiro denunciou “pode colocar aí no jornalzinho. Aqui na SeSe não temos nada. Não temos copos para beber água; não temos papel para enxugar as mãos, e sabão líquido só temos porque pegamos emprestado do banheiro em garrafinha de água”. Vejam como esses diretores sindicais dos metalúrgicos do ABC estão vendidos. Essas são as condições de trabalho dentro

de uma multinacional como a Mercedes, que lucra bilhões superexplorando a força de trabalho dos operários.

Os dirigentes sindicais dos metalúrgicos do ABC, que estão agora, nas eleições, pedindo votos para seus candidatos prometendo defender os trabalhadores, são os mesmos sem-vergonhas, que negociam com a Mercedes e demais empresas os acordos que permitem aos patrões demitir, terceirizar, reduzir salários e direitos dos trabalhadores.

Aos operários terceirizados e efetivos só existe um caminho: se organizarem no chão de fábrica e construirão as comissões de luta, classistas e revolucionárias em todas as fábricas para defender os empregos, salários e direitos. Chamamos os operários a enviarem suas denúncias ao Nossa Classe. As denúncias serão publicadas de forma anônima, para que os companheiros não sejam perseguidos pelos patrões e os burocratas sindicais.

São Paulo - Litoral norte

## Política divisionista chega ao Litoral Norte de São Paulo

A CSP-Conlutas SP anunciou no dia 21 de agosto a decisão da criação do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos Municipais, em Caraguatatuba. Informa que “A reunião foi divulgada e convocada por um abaixo assinado, que juntou centenas de assinaturas, além de milhares de boletins distribuídos juntos aos trabalhadores”. Informa ainda que “foi definida também a carta de princípios e a mensalidade de 1% do salário base para os associa-

dos”. E diz “a criação desta ferramenta de luta para os servidores municipais da cidade do litoral norte de São Paulo representa um ponto de virada no histórico da categoria, que até recentemente, possuía apenas uma entidade fantasma e alheia aos problemas da classe”.

O que a Conlutas/PSTU não diz é que a criação desse sindicato é apenas mais um entre as dezenas de sindicatos que vem criando



desde seu rompimento com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) há mais de dez anos. O que o PSTU não diz é que trata-se de uma decisão política divisionista, oportunista e aparelhista. Esse mesmo argumento de que “a categoria possuía apenas uma entidade fantasma e alheia aos problemas da classe” foi usado para romper com a CUT e formar uma nova central sindical. Dizia que a CUT estava burocratizada e que não dava mais para atuar por dentro da central e que, portanto, era necessário uma outra central sindical, para representar os trabalhadores do país em substituição à CUT. Porém, o que assistimos hoje é a CSP-Conlutas aplicando

a mesma política de acordos com os patrões de demissão através dos PDV's, terceirização, rebaixamento das reivindicações etc., não se diferenciando em nada da CUT burocratizada.

O POR desde o início caracterizou como um erro a cisão da CUT e a construção de uma central pelo PSTU. Defendemos a luta interna, dentro da CUT e demais centrais para formar frações clássicas e revolucionárias para expulsar a burocracia de direita e de esquerda e construir uma única central, independente, classista e revolucionária.



São Paulo

## A luta da Corrente Proletária contra o fechamento de salas de aula

*Toda força à resistência de estudantes e professores*

No início de julho, o novo dirigente da Leste 3 decidiu fechar a EJA da escola Décio Alvim, que fica em São Mateus. A direção, professores, funcionários e estudantes não concordaram e organizaram uma manifestação em frente à Diretoria de Ensino para entregar um abaixo-assinado em defesa da EJA e contra o fechamento do curso noturno. Diante do protesto, o dirigente mostrou-se favorável a não fechar, trazendo de volta os cadastros de uma sala de 1º Termo, deixando os demais cadastros na escola vizinha. Observem que os alunos já tinham sido transferidos para outra escola.

No início de agosto, o dirigente, certamente pressionado pelo Secretário da Educação que havia decretado o fechamento das EJAs da região, começou a usar a tática da intimidação sobre os diretores de escolas. Na escola Décio, cessou autoritariamente a diretora da escola, em uma clara perseguição política. Obviamente, por ter permitido que estudantes, professores, funcionários e militantes da Corrente Proletária realizassem assembleia no interior da escola e convocassem os protestos em frente à Diretoria de Ensino. No mesmo dia, designou uma diretora interventora, para cumprir a decisão de fechamento da EJA.

Mediante essa ação interventora, os estudantes, professores e funcionários não aceitaram a cessação da antiga diretora e voltaram a protestar na Diretoria de Ensino. O dirigente, dessa vez, ignorou o protesto. E, juntamente com a supervisora de ensino pressionou a diretora interventora a cessar o coordenador pedagógico do noturno. O dirigente, primeiro cessou a designação da diretoria e, agora, do coordenador. Como dissemos, em uma clara perseguição política aos que se colocaram contra o fechamento da EJA.

Os estudantes não se intimidaram. No dia seguinte, paralisaram a escola e fizeram um protesto no pátio, exigindo uma explicação da diretora sobre a saída do coordenador pedagógico. Como interventora, a diretora se recusou a receber os estudantes e chamou a polícia. Em relação aos professores, exigiu que fossem para as salas de aulas ou, caso contrário, seriam demitidos. Por meio da polícia, pretendia desfazer o movimento dos estudantes e calar os professores com a ameaça de demissão aos contratados.

A polícia, como de costume, chegou truculenta, com 12 homens armados exigindo a evacuação do local. Os alunos não se intimidaram e continuaram cobrando que a diretora saísse de sua sala e viesse conversar. Depois de alguns minutos chegaram reforços policiais para iniciar a operação. Uma parte jogou gás pimenta e outra saiu perseguindo os alunos pelos arredores da escola. Sob a proteção da polícia, a diretora interventora deixou a escola.

No dia seguinte, os alunos do ensino Fundamental II fizeram um protesto espontâneo contra as atitudes da diretora, inclusive por persegui-los até na ida ao banheiro, além de exigirem também a volta do coordenador pedagógico. Novamente, a polícia foi acionada pela diretora. Mas, diante da repressão exercida no interior da escola, a polícia foi “advertida” pela Ouvidoria, o que fez com que não agissem repressivamente no dia seguinte.

O movimento não arrefeceu. Quatro dias depois, os estudantes do noturno fizeram novo protesto. Agora, por meio de uma assembleia na porta da escola. A Corrente Proletária atuou organizando a assembleia, convocando os representantes dos movimentos no bairro e a regional da Apeoesp de Itaquera.

A diretora sob a orientação do dirigente de ensino chamou a supervisora para acompanhar o desfecho da assembleia. A polícia também foi acionada para também acompanhar a assembleia.

A Corrente Proletária interveio na assembleia, reafirmando sua posição contrária ao fechamento da EJA e de salas de aula e pelo retorno da diretora e do coordenador do noturno. E mostrando o direito de manifestação e expressão dos estudantes e professores.

Diante do protesto, a diretora interventora pediu que os estudantes entrassem para as salas de aula e aceitou receber uma comissão para discutir os problemas ocorridos, inclusive a ação da polícia. A reunião durou duas horas, a diretora não explicou a razão da cessação da designação do coordenador. Insistiu que se tratava de um assunto sigiloso e que não podia expor sem a presença do acusado. Usou o mesmo argumento do dirigente de ensino quando cessou a antiga diretora. Sob a pressão dos estudantes, a diretoria interventora fez ares de choro, responsabilizando o dirigente de ensino pela cessação do coordenador. Ficou decidido nova reunião com o dirigente, supervisora e coordenador. Até o momento, não houve essa reunião.

### Atuação da Corrente Proletária

A Corrente Proletária vem acompanhando a luta contra o fechamento da EJA desde junho. Realizou várias reuniões nas escolas do bairro, não se limitando a escola Décio. Distribuiu os Boletins da Corrente, mostrando que não se tratava de um problema localizado o fechamento da EJA do Décio. Tratava de um política do governo de fechar salas de aulas e eliminar a EJA. Criticou a direção da Apeoesp de não convocar as assembleias estaduais para organizar um movimento geral contra o fechamento de escolas,

demissão de professores e expulsão do aluno-trabalhador com a eliminação do período noturno.

Foi na escola Décio Alvin que o fechamento da EJA provocou uma mobilização de professores, estudantes e funcionários. Desde o primeiro momento, os militantes da Corrente Proletária estiveram na discussão e organização dos protestos. Fez a defesa da liberdade de manifestação e de assembleias no interior das escolas. Combateu a perseguição política à diretora e ao coordenador do período noturno. E criticou a conduta da direção da escola de chamar a polícia, bem como a repressão policial aos estudantes dentro e fora da escola. Na noite em que a polícia invadiu a escola, insistiu que representantes do sindicato e seus advogados fossem até a escola. Na reunião do Conselho da Apeoesp, dia 13 de setembro, fez a denúncia do ocorrido na escola Décio e exigiu o apoio efetivo do sindicato nessa luta contra o fechamento de salas de aula e demissão de professores. No ato em frente à Secretaria da Educação, fez uso da palavra para mostrar o que ocorreu na escola e a política do governo ultradireitista de Tarcísio/Feder. Encerrou sua fala reivindicando a convocação de uma assembleia estadual para que os professores coletivamente possam aprovar o caminho da luta contra o fechamento de salas e do período noturno, bem como, se posicionarem pelo combate direito contra as escolas cívico-militares. Levantou a bandeira de abaixo a repressão e fora a Polícia das escolas! Que não haja nenhuma punição aos alunos, professores e gestores lutadores que defendem a escola pública.

## Reproduzimos passagens do Boletim

*Exigimos a volta de Vandrigo e Renata, e o respeito ao direito democrático de expressão e organização dos estudantes e dos professores*

*Fora a PM das escolas! Abaixo a repressão e o autoritarismo da diretora!*

*Nenhuma punição aos alunos, professores e gestores defensores da escola pública*

*Formar um Comitê de Luta no bairro contra as escolas cívico-militares e a privatização dos serviços públicos*

*Defender a escola pública, laica e gratuita, sob o controle de quem estuda e trabalha*

A assembleia de hoje foi convocada pelo Grêmio da EE Décio para organizar uma luta de resistência em defesa da escola pública e pela volta dos antigos gestores, Renata e Vandrigo, que são profissionais respeitados pela comunidade escolar. Sabemos que as destituições foram arbitrárias e autoritárias por parte da Diretoria de Ensino Leste 3. O dirigente e a supervisora da escola nomearam uma diretora interventora no lugar da Renata, pois o objetivo é facilitar o fechamento do período noturno e da EJA, uma vez que não conseguiram impor tal medida no mês de junho.

Essa nova diretora mal chegou e já mostrou seus traços autoritários. Diante da assembleia de alunos na semana passada, ao invés de ouvir a comissão aprovada para conversar sobre a destituição de Vandrigo, ela preferiu chamar a PM e colaborar com a repressão desfechada sobre os alunos, dentro e fora da escola. Além disso ameaçou os professores de demissão coletiva, caso se manifestassem a favor dos alunos. (...)

Hoje estamos aqui para defender essa moção de repúdio aprovada e propomos a formação de um Comitê de Luta no bairro, para que propaguemos o combate ao fechamento de salas e do período noturno em todas as escolas; para que juntos consigamos derrotar a proposta de Tarcísio, Feder, Nunes e seus parlamentares, que defendem a privatização do ensino e o projeto das escolas cívico-militares.

## SINASEFE

# Balanço do 36º Congresso Nacional do Sinasefe Não aprovou o plano de lutas para o próximo período

O Congresso teve abertura em um ato unificado entre Sinasefe, Fasubra e ANDES-SN em defesa do atendimento aos acordos da greve, a exemplo das 30 horas para todos os técnicos administrativos (TAEs) e Reconhecimento de Saberes e Competências para os TAEs (como já é feito para docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT). O ato foi esvaziado, apesar de ocorrer durante o Congresso do Sinasefe, que contou com a participação de aproximadamente 800 servidores dos IFs.

As falas das direções sindicais expressavam indignação, sob o discurso de apelo às pressões parlamentares e judiciais, mas não apontavam a necessidade de retomada da luta. A Corrente Proletária (CPE/POR) fez fala apontando o erro da saída da greve sem o atendimento da pauta pela qual a base se levantou na greve, recomposição salarial e orçamentária. O único meio de pressionar para que o governo atenda ao acordo rebaixado será por meio da retomada dos métodos de luta, com paralisações unificadas e atos massivos nas ruas.

O Congresso foi organizado com submissões de teses sob 4 eixos: Conjuntura; Opressões; Educação; Condições de Trabalho e Saúde. No entanto, mais uma vez não foram apresentadas e debatidas pelo plenário. A condução dos trabalhos evitou as discussões das teses. O único eixo debatido foi conjuntura, onde as 5 primeiras ocorreram no tempo previsto e as demais foram jogadas para as últimas horas do Congresso, com o plenário esvaziado. O único espaço mantido para discutir os eixos foram as Mesas de

debate, onde a direção nacional teve livre espaço para se posicionar, enquanto as intervenções do plenário foram restritas a poucas falas sorteadas. A apresentação e votação dos eixos de Opressões, Educação e Condições de trabalho ficaram para a próxima Plenária Nacional. Os atrasos na programação só expressam o quanto a burocracia sindical manobra para impedir que as discussões dos temas que afetam diretamente a vida dos servidores sirvam de elementos para o processo de construção da mobilização.

Nas discussões sobre Conjuntura, a CPE apresentou a tese de oposição revolucionária ao governo Lula, que em resposta ao avanço da ultradireita, as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, que expresse a defesa das reivindicações pelos métodos próprios da classe operária. Foi a única tese que o PT pediu supressão, e sem amplo espaço para debate, abrindo apenas para uma defesa, foi suprimida. Enquanto as teses que faziam críticas, mas não traziam qualquer responsabilização do governo Lula à continuidade da política econômica de Bolsonaro, foram aprovadas sem qualquer questionamento ou debates (o que causou estranhamento até da mesa). A apresentação e aprovação das teses de Conjuntura para o final do Congresso mostrou o quanto a direção do Sinasefe burocraticamente boicotou o espaço de discussão. Assim, as teses de Conjuntura foram desvinculadas da necessidade de organizar a base para responder ao avanço da crise econômica e ataque a vida dos explorados. Logo, o Congresso não contribuiu com a tarefa de organizar a luta nas ruas.

## Repercussão da greve na votação para direção nacional

As correntes políticas no Sinasefe se organizam a partir de “coletivos”, que durante as eleições para a direção nacional constroem as chapas. A direção nacional é eleita proporcionalmente ao número de votos obtidos pelas chapas. O 36º Congresso Nacional do Sinasefe (CONSINASEFE) foi eleitoral, elegeu a próxima gestão (2024-2026), onde concorreram 6 chapas: União na luta (TAEs na luta e MEI); Atente e Forte (predominantemente Coletivo 1º de Maio-PT); Movimento Escola Popular (PCB); Alternativa Socialista (CSP-Conlutas, PSTU e algumas correntes do PSOL); Pão e Rosas (predominantemente PSOL); e, Sinasefe classista, independente, democrático e de luta (coletivos Sinasefe para lutar e Movimento luta de classes-UP).

Este Congresso ocorreu após a greve da Educação federal, onde mais de 550 campi fizeram greve de quase três meses. A greve foi traída pelas direções sindicais, que fez campanha para uma saída da greve sob um acordo extremamente rebaixado e baseado em promessas. O resultado disso foi um rechaço da base ao coletivo majoritário da direção nacional, Pão e Rosas (PSOL), que na última eleição teve a maioria dos votos, mas neste Congresso teve apenas 66 votos (de um total de 560), ficando à frente apenas da chapa do CSP-Conlutas (28 votos). Enquanto isso, as chapas majoritárias expressaram a retomada da direção nacional pelo Coletivo Sinasefe para Lutar, agora junto da UP (151 votos) e ascensão dos TAEs na Luta, junto ao MEI, que diante das críticas ao seu divisionismo lançou a chapa “União na luta”, que incorporou docentes (124 votos). A queda do coletivo Pão e Rosas também foi consequência de seu rompimento com o TAEs na Luta.

O coletivo 1º de Maio, que dividia a direção majoritária com o Pão e Rosas na última gestão, não quis se associar à direção nacional durante a greve, forjou um novo grupo “Manifesto”, com maioria no IFSul, onde divulgou uma carta parecendo um grupo de oposição à direção nacional. O Coletivo 1º de Maio, arrastando esta pseudo-oposição (que de certa forma expressava a oposição da base à condução da direção nacional durante a greve), formou a chapa “Atente e forte”, que ficou em 3º lugar com 93 votos. Assim, de forma oportunista o PT abandonou a condução da direção nacional durante a greve, deixando a responsabilidade nas mãos do PSOL, com Lobão e Artemis na coordenação geral, enquanto Elenira (PT) se afastou para se candidatar à vereadora em Santa Catarina. O PT se opôs a greve abertamente antes dela iniciar,

quando relacionava os defensores da greve ao bolsonarismo e à ultradireita, assim o PSOL tomou a frente na construção da greve, com destaque para a atuação de Lobão na Paraíba. Mas, diante das pressões do governo, a conduta do PSOL foi de concluir o processo rebaixando a pauta por fora das bases e fazendo campanha de que a greve estava enfraquecendo (quando as instituições ainda aderiam ao movimento).

## Atuação da Corrente Proletária na Educação-CPE no 36º Congresso

Atuamos com: manifesto “Que o 36º Consinasefe responda à ofensiva dos governos contra a educação pública com a organização da luta nas ruas!”; submissão de teses sobre conjuntura, opressões (“Combater o capitalismo, a raiz de todas as formas de opressão”) e assinatura da tese “Educação: Balanço da greve e necessidade de organizar a luta em defesa da Educação Pública” – texto discutido coletivamente por servidores do IFPE, IFCE e IFPB; banca de livros, folhetos e divulgação do jornal Massas. Além disso, convocamos uma reunião conjunta com o coletivo estadual de São Paulo “Vozes da base”, para discussão do balanço da greve e sobre a perspectiva da necessidade de construção de uma oposição classista no Sinasefe. Participamos com delegação de Pernambuco e Paraíba.

Diante das eleições, A CPE/POR se posicionou pelo voto crítico na chapa da CSP-Conlutas, por se distinguir das posições que seguem o governismo. Não compusemos a chapa porque sua construção ocorreu um dia antes da eleição, ou seja, não houve espaço de discussão coletiva do programa da chapa. Além disso, o convite foi direcionado à militante por precisarem alcançar a “paridade de gênero”, sequer foi um convite pela participação política da CPE. Nosso voto crítico é por considerar que a CSP-Conlutas, apesar de fazer falas de oposição e crítica ao governismo, não atua pela construção de uma fração classista e revolucionária, que sirva para organizar a base contra a burocracia governista do Sinasefe. Participamos da reunião convocada pela CSP-Conlutas, inclusive convidando os servidores próximos à CPE, onde expressamos nosso voto crítico publicamente.

Nossa avaliação foi de que o saldo político do 36º CONSINASEFE foi rebaixado e as mesas eram como palestras para expressar a linha política da direção nacional e seus convidados. A eleição mudou a composição da DN de forma considerável, com foco na disputa pelo aparato.

## NOTA DE DENÚNCIA

# Controle burocrático e antidemocrático sob os materiais e as bancas no 36º CONSINASEFE

A Corrente Proletária na Educação (CPE-POR) denuncia o processo burocrático, antidemocrático e despolitizador por trás do método de instituir regras e maior controle do que pode ou não ser divulgado e propagandeado no 36º Congresso do Sinasefe. De forma vertical, a Comissão limitou o número de bancas a uma quantidade pífia e, ainda, aplicou uma lógica mercantil, academicista e de controle das ideias políticas e temas que podem ou não ser apresentado. Decreto que apenas materiais com autoria própria e individualizada são permitidos, e ainda atrelou isso a fatores de mercado como ter ISBN, que remete a uma lógica de produção acadêmica meritória e controle dos temas, com claro teor político de evitar determinados debates.

Não cabe à comissão, nem à direção sindical, ditarem tais regras. Defendemos que todos os materiais, de todas as linhas políticas, temas políticos, sejam de indivíduos, coletivos ou organizações, tenham ou não ISBN, possam ser mostrados, propa-

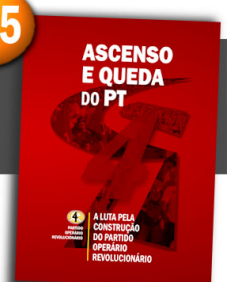
gandeados etc. Não estamos num evento acadêmico! Estamos em um congresso político! Não aceitamos essa despolitização! Repudiamos tal conduta e defendemos que os interessados em mostrar os materiais e bancas decidam entre si a melhor forma de garantir espaço físico e, sobretudo, espaço político para todos.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

**ASCENSO E QUEDA DO PT**

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.





São Paulo - ABC

## Oposição garante delegação na Plenária e Seminário de Carreira da FASUBRA

Em 11 de setembro, ocorreu a 24ª Assembleia do SinTUFABC de 2024, com 48 trabalhadores, sendo 15 presencialmente. Duas chapas concorreram à eleição de delegados para a Plenária Nacional Geral (PNG) e Seminário de Carreira da FASUBRA a ser realizado entre os dias 26 e 29 de setembro em Brasília. A Chapa 1 da Frente Governista, composta pelo Travessia e independente, e a Chapa 2 dos Lutadores Independentes, composta pela Corrente Proletária na Educação (CPE) e independente.

Assim como na última assembleia de eleição de delegados à PNG da FASUBRA, a direção majoritária separou a escolha do delegado da direção da eleição da delegação de base, afirmando que agora está realizando o procedimento correto. O militante porista questionou o mecanismo burocrático, acrescentando que pelo estatuto da federação o delegado da direção deve ser indicado pela direção e referendado em assembleia, e que essa indicação não ocorreu. O dirigente burocrata informou que o seu nome foi indicado na Reunião da Coordenação Executiva no momento em que o militante porista não estava presente, o que posteriormente se confirmou mentiroso. Em sua fala, o militante porista esclareceu que compareceu à sede do sindicato para participar presencialmente da reunião, e como ninguém mais compareceu e não havia aparelhos eletrônicos para acessar a reunião virtualmente precisou se deslocar até o seu posto de trabalho, em outro bloco, para participar da reunião de forma virtual, o que inviabilizou sua participação nos primeiros minutos da reunião. Essa situação mostra como a virtualidade tem servido às manobras da direção burocrática. Em votação, o burocrata foi referendado como delegado por 24 votos favoráveis, 8 contrários e 1 abstenção.

Durante as defesas dos dois delegados de base, a Chapa 1 argumentou que defendeu a proposta de reestruturação da carreira, o aumento nos benefícios, o Termo de Acordo de Greve (TAG) e rejeitou as assembleias presenciais – supostamente – por serem excludentes. Alegou que a chapa oposicionista trará elementos de insegurança jurídica à implementação do TAG, que se posicionou

contra a reestruturação da carreira e votou contra o TAG no CNG, mesmo após aprovação na Assembleia do SinTUFABC. Ou seja, declarou que, de forma sucessiva, capitulou à política corporativista e divisionista do governo, e falsificou posições dos lutadores independentes.

A Chapa 2 esclareceu que a Plenária fará o Balanço da Greve e que nossa participação é fundamental. Isso porque com base no diagnóstico de que somos a carreira com a pior remuneração do funcionalismo federal, as direções sindicais fomentaram a política de reestruturação de carreira como forma de superar tal situação. Contudo, após a greve, continuamos sendo a carreira com a pior remuneração do SPFs. Desde o princípio, a CPE criticou a política corporativista de reestruturação de carreira, afirmando que o governo não atenderia as principais reivindicações e realizaria apenas o que não onerasse os cofres públicos, o que de fato ocorreu, pois o governo não acatou as reivindicações de piso salarial, aglutinação dos níveis, e recuperação dos cargos, ao mesmo tempo em que implementou medidas de seu interesse. A política corporativista fracassou e a Chapa 1 é incapaz de fazer esse balanço. Por fim, colocou que realmente defendemos as assembleias presenciais, porque nos colocamos por uma greve ativa e não de pijama.

Em votação, a Chapa 1 recebeu 25 votos e a Chapa 2 15 votos. A mesa declarou que os delegados da Chapa 1 foram eleitos por maioria. Mais uma vez o erro na contagem serviria para calar burocraticamente a oposição, como já aconteceu no passado. O militante porista questionou o resultado declarando que a Chapa 2 elegeu um delegado, o que não foi prontamente reconhecido pela mesa. Nesta direção, a Chapa 2 realizou o cálculo da proporcionalidade na lousa e esclareceu o resultado, de maneira que a mesa/direção majoritária não teve como não reconhecer a eleição do delegado pela minoria como fez no passado. Desta forma, elegeram-se dois delegados do Travessia e um delegado da Corrente Proletária. Essa eleição foi muito importante por possibilitar a expressão nacional de um balanço classista.

## Intervenção da Corrente Proletária no CR e no ato em frente à Secretaria da Educação

No dia 13 de setembro, ocorreu a reunião do Conselho Estadual de Representantes (CR). Essa reunião foi convocada pela diretoria da Apeoesp, após inúmeros ataques do governador Tarcísio ao magistério e à educação pública. O direitista Tarcísio havia anunciado o leilão de privatização de 33 escolas para 25 de setembro, mantido a escolha de vagas somente para 15 mil professores aprovados no concurso fraudulento, imposto o fechamento de salas de aulas e turnos, aumentado a pressão punitiva aos professores que não utilizavam as plataformas, ampliado a perseguição aos professores categoria “O” com a cessação dos contratos, utilizado a polícia para invadir as escolas e reprimir os estudantes que se manifestavam contra o fechamento do período noturno, eliminado as PEIs de 7 horas, retirado o direito do professor efetivo utilizar o artigo 22 para sair das PEIs e suspenso provisoriamente o programa das escolas cívico-militares. Além dessas violentas medidas, fez aprovar na Comissão da Assembleia Legislativa o corte de 5% dos recursos da educação, o que equivale a R\$ 10 bilhões e transformou a correção do valor do Piso Salarial dos Professores em abono complementar.

Enquanto ocorria a reunião do CR, o bolsonarista Tarcísio publicou os critérios de atribuição de aulas para o próximo ano, refor-

çando o caráter antidemocrático. E foi anunciado a suspensão do leilão de privatização marcado para o dia 25 de setembro, marcando para após o segundo turno das eleições municipais.

Esse breve relato dos ataques do governo já era mais do que suficiente para a direção do sindicato estar empenhada em preparar a resistência de professores e estudantes, que necessariamente inicia com as reuniões nas escolas, nas subsedes (regionais) e culmina com uma poderosa assembleia estadual. Ao contrário, o CR do dia 13 tinha um objetivo imediato: implorar à militância para que se dedique de corpo inteiro a caçar votos para as chamadas candidaturas do campo “progressistas”. No caso de São Paulo, trabalhar com afinco para eleger Boulos/Marta Suplicy. Utilizou seus serviços corrompidos politicamente para atacar as correntes de esquerda que exigiam a convocação de assembleia ainda no mês de setembro, principalmente à Corrente Proletária/POR que, além da defesa da assembleia se colocou contra iludir os trabalhadores com as promessas eleitorais, conforme o Boletim divulgado na reunião, que defendia o voto nulo.

Como a reunião do CR é de cartas marcadas, a posição da diretoria da Apeoesp obteve a maioria. Há algum tempo correntes do PSOL, que compuseram a chapa 1 de Maria Izabel, engrossaram

as fileiras da burocracia antidemocrática e potenciaram a política de conciliação de classes, que eram genuínas do PT e aliados como o PCdoB.

A Corrente Proletária interveio no plenário expondo o conteúdo do Boletim, expôs a banca de livros e folhetos e atuou para que o Jornal Massas penetrasse nas fileiras das correntes reformistas e centristas. A militância avaliou que foi trabalho organizado e disciplinado, permitindo reforçar a intervenção do partido revolucionário.

## Ato em frente à SEDUC

O ato reuniu algumas centenas de professores. Consideramos pequeno diante da situação em que se encontra a educação pública e o professorado. Como era um ato, as posições defendidas não foram votadas.

A burocracia da Apeoesp e as correntes que compõem a chapa 1 se limitaram a denunciar o governo, a reafirmar a pauta de reivindicações e, fundamentalmente, a cobrar a atuação nas eleições municipais para eleger vereadores e prefeitos “comprometidos com os trabalhadores”.

A Corrente Proletária, por sua vez, interveio assinalando as diferenças em relação às decisões do CR e ressaltando a defesa da assembleia, para que o professorado possa aprovar o caminho real do enfrentamento às medidas de Tarcísio.

O ato foi encerrado de forma melancólica, com os avisos de audiência pública para discutir o processo de privatização, no dia 17, e ato na Paulista, dia 22, sobre mudanças climáticas.

A Corrente Proletária denuncia essa política da burocracia, que acabou e acaba fortalecendo o plano privatista da educação e os ataques às condições de trabalho e estudo por parte do governador ultradireitista.

## Reproduzimos dois pontos do Boletim

*Sobre a maioria explorada, recaem as consequências das guerras de dominação e da crise econômica*

*Nossa força está na luta coletiva e unitária*

Há dois anos e meio, os Estados Unidos, União Europeia e OTAN vêm prolongando a guerra na Ucrânia. A Rússia cercada se protege bombardeando sua ex-república soviética. Há onze meses, o Estado sionista de Israel, financiado pelos Estados Unidos, desfecha um brutal ataque sobre a Faixa de Gaza. Há quinze anos, o mundo atravessa uma enorme crise econômica, que iniciou em 2008-2009 nos Estados Unidos. A escalada militar se avolumou, trazendo à tona a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Os efeitos desse quadro de confrontações e crise mundial do capitalismo têm sido violentos sobre a maioria oprimida de todos os países.

O Brasil é parte dessa situação catastrófica. O governo Lula, embora apresente alguns índices positivos de crescimento econômico e de queda do desemprego, é obrigado a continuar com as contrarreformas de Temer e Bolsonaro – trabalhista, previdenciária e terceirização. A manter a política dos governos ultradireitistas de Teto de Gasto, sob a máscara do Arcabouço Fiscal. A saquear o orçamento por meio do pagamento da gigantesca dívida pública, que consome quase 50% de tudo que o país arrecada, o que implica cortes de recursos da saúde e educação. A sancionar o Novo Ensino Médio, uma contrarreforma privatista da educação básica. E, desgraçadamente, a impor um salário mínimo de fome de R\$ 1.412,00, que condena milhões de trabalhadores e aposentados à miséria.

São Paulo, o estado mais rico da Federação, está sendo governado pelo bolsonarista Tarcísio de Freitas. Tem levado a cabo o plano de privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. Nesse momento, anuncia o leilão das primeiras 33 escolas públicas. Fez de São Paulo um Estado-Policial, ampliando o número de assassinatos praticados pelos policiais nos bairros pobres. Pretende impor as escolas cívico-militares, a vitrine de educação militarizada do governo Bolsonaro.

Diante de uma situação como essa, qual deve ser a resposta dos trabalhadores. As direções sindicais e a maioria da esquerda estão de corpo inteiro nas campanhas eleitorais. Querem que os explorados acreditem que, por meio de eleições e do voto em candidatos aparentemente progressistas, será possível lutar com mais democracia. FALSO! Basta ver o que ocorreu com as greves dos servidores federais, dos correios e do INSS. Não conseguiram conquistar nada, apesar do governo Lula.

A Corrente Proletária chama os oprimidos a não confiarem nas eleições burguesas, mas, sim, confiarem em suas próprias forças, em seus métodos próprios de luta. Por isso, para enfrentar essa terrível situação econômica e social, defende que as centrais, sindicatos e movimentos saiam do imobilismo e da paralisia dos períodos eleitorais e convoquem um Dia Nacional de Luta, com greves e manifestações massivas de rua em defesa de um programa próprio da classe operária e demais trabalhadores.

## Assembleia estadual para aprovar o caminho da greve

O final do ano está chegando. Tarcísio se encontra de mãos livres para continuar pisoteando a educação, privatizando e militarizando as escolas. Já foram feitas inúmeras tentativas de barrar as medidas do governador na Assembleia Legislativa e na Justiça. Dezenas de atos foram realizados em frente à Secretaria da Educação, mas, como vimos, não tiveram a força necessária para derrotar essa política ultradireitista.

Já estamos em setembro, não dá mais para adiar ou fazer de conta que existe luta. Sabemos que a direção do sindicato conta com a grande maioria no CR, o que dificulta a aprovação de qualquer proposta que se oponha à da direção. No entanto, é nosso dever apresentar o caminho para organizar o combate coletivo. Esse caminho inicia com a convocação de uma assembleia estadual, que tenha como objetivo a preparação da greve.

A Corrente Proletária defende a convocação da assembleia estadual, ainda no mês de setembro, para unificar os professores efetivos, contratados e os estudantes para enfrentar o bolsonarista Tarcísio e impor as reivindicações de reposição salarial, efetivação de todos os professores contratados, abertura das salas e turnos fechados, redução do número de alunos por sala (máximo 25 alunos), contra as escolas cívico-militares, PEIs e o Novo Ensino Médio.





São Paulo

## Participação da Corrente Proletária na reunião da Afuse

No dia 13 de setembro, a direção do sindicato de funcionários (Afuse) realizou uma reunião de Representantes de Escola ampliada, envolvendo a capital, o ABC, Itapevi e Osasco. Os municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato e Guarulhos não fizeram parte, apesar de sua proximidade com a capital. Essa reunião tinha dois objetivos: 1) reforçar a campanha do PT e aliados às eleições municipais; 2) divulgar e angariar apoio para as eleições do sindicato, que ocorrerão em novembro. Depois das mudanças estatutárias, para dificultar a inscrição de chapa oposicionista, tudo indica que haverá somente a chapa dos burocratas que controlam o sindicato há muitos anos. Mesmo assim, procuram angariar votos, pois uma votação inexpressiva não é de bom tom para a direção sindical. Sem dizer que existe alguns funcionários que acreditam que é possível compor a chapa da burocracia e fazer uma oposição por dentro. Na realidade, essa é a política dos burocratas para calar alguns oposicionistas. Depois de eleitos, são atraídos pelas benesses do aparato.

A direção abriu a reunião com a apresentação de uma candidata a vereadora pelo PT e CUT e de uma funcionária também candidata a vereadora pelo partido ultradireitista (PRTB), em Ribeirão Pires. Veja a que ponto chegou a burocracia da Afuse, que pelo fato de ser funcionária de escola foi convidada para a reunião, escondendo o partido. E veja a que ponto chegou o plenário de permitir a presença de uma candidata da ultradireita, quando deveria ser expulsa.

Essas eleições municipais escancaram a podridão burguesa. As propagandas e debates eleitorais são um mar de lama, acusações e denúncias. As disputas entre Boulos (PSOL)/ Marta Suplicy (PT) e Ricardo Nunes para a prefeitura de São Paulo fazem parte dessa podridão. Os burocratas sindicais não fazem outra coisa senão caçar votos para eleger as chamadas candidaturas do “campo progressista”. A reunião da Afuse foi um retrato do empenho da direção sindical em fazer com que os funcionários de escolas se transformem em cabos eleitorais, nessa reta final do pleito.

Após essa vergonhosa situação, o presidente do sindicato tomou a palavra por uma hora e meia para convencer os presentes das vitórias obtidas na Assembleia Legislativa e na Justiça. Entre as consideradas “vitórias” destacou a suspensão do projeto bol-

sonarista de escola cívico-militar e as migalhas concedidas por Tarcísio/Feder. Após essa ladainha, o advogado tomou a palavra, que usou por meia hora, para explicar as ações judiciais. Os funcionários cansados desses supostos êxitos para o futuro, acabaram ironizando com a expressão: “só vamos receber quando morrer”. Por fim, o presidente da Afuse anunciou que havia vinte minutos para perguntas.

A Corrente Proletária aproveitou esse espaço para intervir contrapondo a farsa da reunião e exigindo que a direção do sindicato convocasse uma assembleia estadual, amplamente preparada desde as escolas, para aprovar o caminho da luta em defesa das reivindicações. Atuou, também, por meio da banca de materiais e do boletim. Aproveitou para denunciar a conduta miserável da direção da Afuse de impedir a participação da Corrente Proletária no Congresso Estadual.

Os burocratas do sindicato rejeitam as propostas de assembleias e congressos democráticos. A Afuse se tornou um aparato de cúpula de burocratas que há muito se distanciaram das reais necessidades dos funcionários de escolas e que não sabem mais o que é viver com o piso da categoria de pouco mais do salário mínimo de fome do governo. Trata-se de uma direção que leva a cabo a política do PT, que é de conciliação de classes, portanto, oposta aos métodos próprios dos trabalhadores. Isso ocorre quando existe uma enorme divisão entre os funcionários de escolas, efetivos, contratados e terceirizados e não há uma direção sindical de luta. E como não há luta, prevalecem as medidas do governo, entre elas a fragmentação dos funcionários.

No entanto, é preciso destacar que tem crescido o descontentamento no interior das escolas. Os terceirizados sofrem com os atrasos salariais e a rotatividade; os contratados sabem o que significa perder o contrato todo o ano; e os efetivos sentem na pele a perda dos direitos e conquistas. Diante dessa situação, a Corrente Proletária vem trabalhando para constituir uma oposição classista para retomar o sindicato para a luta. O que significa um combate à burocracia traidora. A intervenção na reunião de Representantes de Escolas expressou essa política classista e de luta dos militantes da Corrente Proletária.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário - Carta aos trabalhadores e à juventude oprimida

## Por um Dia dos Excluídos anticapitalista, internacionalista e revolucionário

7 de setembro de 2024

As manifestações do Grito dos Excluídos, que acontecem no dia 7 de setembro, estão marcadas por uma crise profunda do capitalismo em escala internacional, que se reflete nacionalmente sobre a maioria oprimida. Os elementos mais importantes da situação internacional são as guerras de dominação na Ucrânia e na Faixa de Gaza, além da guerra comercial entre os EUA e a China. De conjunto, esses fatores impulsionam o armamentismo das potências e o parasitismo da indústria bélica. São rios de recursos destinados à produção de armas de destruição humana e de infraestruturas, enquanto bilhões de pessoas no planeta sobrevivem com o mínimo, ou menos que o mínimo necessário para a sobrevivência diária. O Grito dos Excluídos deve proclamar o combate de morte

ao responsável por toda miséria, fome, desemprego e opressão - o capitalismo. É por isso que o Grito dos Excluídos deve se um dia de manifestações anticapitalistas e socialista.

No dia 7 de setembro do ano passado, o POR participou das manifestações do Grito dos Excluídos levantando a bandeira de fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações, pelo fim da OTAN e das bases militares dos EUA na Europa e no restante do mundo. A confusão entre as correntes de esquerda sobre o significado da queda da URSS e o conseqüente cerco à Rússia promovido pelo imperialismo, o que levou a guerra atual, afastou a classe operária e demais explorados do combate contra essa e todas as guerras de dominação.

A situação de lá para cá só piorou. Vimos surgir, a partir de outubro, uma nova etapa da Nakba, a catástrofe palestina, com a matança e destruição feitas pelo Estado sionista de Israel. A barbárie desse acontecimento fez com que surgisse um movimento internacional contra o genocídio. Foram grandes manifestações em diversas partes do mundo, indicando o caminho da luta anti-imperialista. Essa luta enfraqueceu, principalmente devido às ilusões das direções políticas de que a ONU e seus organismos poderiam resolver o problema. Desgraçadamente, neste dia 7 de setembro, o massacre sobre os palestinos completa 11 meses. O Grito dos Excluídos é um dia de luta internacionalista, por todos os excluídos do mundo.

No Brasil, as ilusões com um governo do PT com a frente ampla vão se desfazendo pouco a pouco. Além de dar continuidade às medidas econômicas mais importantes dos governos anteriores, como as contrarreformas trabalhista e previdenciária, o teto de gastos e a terceirização, aplicou novas medidas de ajuste que só favorecem os grandes capitalistas, como a reforma tributária. Além disso, o governo Lula-Alckmin tem atuado de forma decisiva contra a luta dos trabalhadores que ousam se levantar, apesar das direções sindicais governistas e conciliadoras. São exemplos, os servidores federais da educação, os trabalhadores do IBAMA, do ICM-Bio e mais recentemente dos Correios. Em todos os casos a combinação de direções traidoras e ações antigreve do governo Lula enfraqueceram os respectivos movimentos levando às derrotas. Por essas e outras razões, o Grito dos Excluídos deve ser um dia de manifestações com independência de classe, sob o programa político da classe operária e demais trabalhadores, portanto, revolucionário.

Neste ano de 2024, as manifestações do Grito certamente estarão marcadas pelo clima das eleições municipais que acontecerão em outubro. Certamente, esse ou aquele candidato usará as tribunas das manifestações para pedir votos. Certamente, vão ocultar o conteúdo de classe das eleições. Ocultarão que as eleições são resolvidas, em última instância, pelo poder econômico. Reforçarão as ilusões de que por meio da eleição desse ou daquele candidato os problemas da maioria oprimida serão resolvidos. Certamente, haverá aqueles que farão uma combinação de palavreado revolucionário com propaganda de sua legenda eleitoral.

A classe operária e demais explorados devem rechaçar o oportunismo eleitoral. Confiar em suas próprias forças de luta e organizar o combate às direções conciliadoras que obstaculizam sua luta com independência de classe. Trata-se de, sem demora, organizar a luta pelas reivindicações mais sentidas da classe.

Os últimos dados de pesquisa apresentados pelo IBGE mostram uma redução no número de desempregados. Além do aumento no número de trabalhadores com carteira assinada. O governo Lula tem impulsionado a divulgação desses dados como forma de ampliar sua base de apoio e canalizar para as disputas eleitorais, onde esses números favorecem os candidatos apoiados pelo governo. Mas, para compreender o real significado dos números, é preciso ir além da propaganda governista.

De fato, o número de trabalhadores com carteira assinada chegou a 38,5 milhões, um crescimento que é reflexo da recuperação econômica por que passou a economia global e nacional no período pós-pandemia. No entanto, é fácil verificar que esse número de trabalhadores registrados é ofuscado pelo número de pessoas dentro da força de trabalho (em idade para trabalhar), que é de 110 milhões. Além disso, o número de trabalhadores com CLT é inferior ao de trabalhadores informais, 40 milhões, que está ao lado de 14 milhões de empregados sem carteira assinada e de 25,4 milhões de autônomos, atualmente chamados de empreendedores, mas que não passam de uma massa de trabalhadores que foram expulsos da produção social coletiva, e tiveram de gerenciar a miséria através de pequenos negócios. Muitos entregadores e os motoristas de aplicativos estão neste grupo. A destruição das bases da CLT abriu caminho às jornadas de 12 horas ou mais, a escala 6x1, o negociação sobre o legislativo, o contrato de Pessoa Jurídica (Pejotização),

a ampliação dos Lay-offs, PDVs, PDIs. Os números apresentados pelo governo não indicam a qualidade e as condições do trabalho no país. Para isso, é preciso considerar a ampla retirada de direitos que vem sendo aplicada desde a contrarreforma trabalhista, além da terceirização, que serviram e servem para a redução do valor da força de trabalho. O crescimento dos trabalhadores CLT se dá com salários arrochados e direitos reduzidos. A isso se soma a massa de 48 milhões de explorados que passam fome no país, categorizados pelos órgãos oficiais como “pessoas em situação de insegurança alimentar”.

A retirada de direitos trabalhistas, o arrocho salarial e a precarização na contratação, somadas à ideologia propagada desde as escolas de que cada indivíduo deve se tornar um empreendedor, formam a resposta da burguesia à queda tendencial de sua taxa de lucro. O Estado é o balcão de negócios desses capitalistas. É através dele que fazem passar as leis antioperárias e antipopulares. Nas eleições, impulsionam as candidaturas que possam melhor cumprir essa tarefa. Os melhores candidatos são aqueles que garantem a dominação da classe burguesa ao mesmo tempo que controlam as organizações dos trabalhadores para que permaneçam na passividade.

A tarefa de organizar a luta pelas necessidades mais sentidas do proletariado não pode desconsiderar a situação atual dos sindicatos, que estão atolados até o pescoço no governismo. Assim, a necessidade de organizar as comissões classistas e revolucionárias no interior das fábricas, e as oposições às direções conciliadoras nos sindicatos e movimentos, deve ser um guia para a luta dos trabalhadores com consciência de classe. É nessa luta que os trabalhadores aprenderão a identificar seus inimigos de classe, combater os oportunistas eleitoreiros ao mesmo tempo que combatem as tendências fascizantes que crescem na sociedade, alimentadas justamente pela paralisia dessas direções traidoras e pela política antinacional e antioperária de Lula. A bandeira levantada pelo POR de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da Greve Geral, é o ponto de partida para organizar essa luta. Está colocada a construção de um movimento pelas reivindicações mais elementares dos explorados e pela derrubada das contrarreformas – trabalhista, previdenciária e do ensino novo ensino médio – que defenda a existência da maioria oprimida. Que o Grito dos Excluídos seja um ponto de partida.

A crise capitalista atual é profunda. Mal a economia começa a se recuperar de uma queda, outros acontecimentos a derubam novamente. Sejam as bolhas especulativas do capital financeiro, sejam as guerras comerciais ou bélicas, o capitalismo vai de uma bancarrota a outra. Tudo isso se passa sem que os explorados possam dar uma resposta organizada, com seus métodos de luta, que estão determinados pela sua estratégia de poder, a revolução social e a ditadura do proletariado.

A crise de direção que se abateu sobre a classe operária nos anos 1930 só se aprofundou com a destruição da III Internacional pelo estalinismo, bem como com a fragmentação da IV Internacional pelo revisionismo do trotskismo e a queda da URSS, que interrompeu a transição do capitalismo ao socialismo. O proletariado está diante de uma tarefa histórica de primeira grandeza, superar a crise de direção reconstruindo a IV Internacional, para responder internacionalmente ao capitalismo apodrecido. Nacionalmente a tarefa é construir os partidos operários revolucionários, penetrados na classe operária, na juventude e nas demais camadas exploradas dos trabalhadores.

*Por manifestações anticapitalistas, internacionalistas e revolucionárias no dia do Grito dos Excluídos!*

*Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!*

*Por um programa de reivindicações que defenda a vida dos pobres, miseráveis e famintos!*

*Preparar a Greve Geral para defender as necessidades dos trabalhadores!*

São Paulo

# O eleitoralismo das esquerdas acima das necessidades dos trabalhadores



A manifestação do Grito dos Excluídos em São Paulo esteve marcada, por um lado, pelo autoritarismo do governo do estado e da prefeitura, e por outro, pelo eleitoralismo das correntes de esquerda. Originalmente, haveria uma manifestação na Av. Paulista e outra na Praça da Sé, mas a polícia do governador Tarcísio proibiu a manifestação da Paulista, que estava sendo convocada pelas correntes mais abertamente governistas, PCdoB, PT e alas do PSOL. Com isso, foram obrigadas a se somar à manifestação da Sé. Nesta última, foi a Guarda Municipal (GCM), apoiada pela PM, que tentou impedir que as bancas e barracas fossem montadas. Depois de muita insistência e pressão a manifestação se instalou e começou com certo atraso.

Apesar da unificação forçada a manifestação permaneceu pequena. As correntes não colocaram força e não se empenharam em convocar suas bases. As bandeiras da CTB, trazidas pelo PCdoB, não estavam acompanhadas por um grande número de trabalhadores vinculados à central. Os movimentos vinculados às igrejas e ao assistencialismo também não tinham grande expressão.

O conjunto das intervenções esteve de acordo com o profundo eleitoralismo que tem marcado as correntes de esquerda, em especial aquelas que reivindicam do marxismo. Não faltaram intervenções que disseram ser necessário votar para “combater o fascismo” e outras falsificações para desviar os trabalhadores da luta por suas necessidades mais imediatas. Apenas o POR realizou uma intervenção no carro de som chamando os trabalhadores a confiar em suas próprias forças e não alimentar ilusões de que por meio das eleições seus problemas serão resolvidos.

O POR interveio na manifestação com seu manifesto “Por um dia dos excluídos anticapitalista, internacionalista e revolucionário”, onde apontava para a necessidade de transformar as manifestações do Grito no ponto de partida de uma luta muito maior para defender os empregos, os salários e os direitos. Em sua intervenção e no Manifesto mostrou que os motivos para lutar são muitos, seja contra os governos federal, estadual e municipal, todos eles submetidos à burguesia nacional e imperialista. O partido ainda levou para o conjunto daqueles que estiveram presentes, sua banca de materiais, bandeiras e cartazes (em defesa do povo palestino e contra as ilusões eleitorais). Expressou em suas palavras de ordem classistas e revolucionárias, as necessidades dos explorados, suas reivindicações e seus métodos de luta.

## Pronunciamento do POR na manifestação

*Bom dia, camaradas. Bom dia, companheiros e companheiras.*

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário e nós distribuímos nessa manifestação o Manifesto que diz: “Por um dia dos excluídos anticapitalista, internacionalista e revolucionário”. Isso porque a crise capitalista internacional é profunda. Existe a guerra na Ucrânia há mais de 2 anos massacrando os trabalhadores e impulsionada pela OTAN e pelo imperialismo. E existe, na Faixa de Gaza, um massacre que hoje faz onze meses. O Estado sionista de Israel procura destruir completamente a Palestina. Isso é impulsionado pelo imperialismo, pelos Estados Unidos e pelas grandes potências, que têm se armando até os dentes, potenciando a indústria bélica. Enquanto bilhões de pessoas no mundo passam fome e necessidades. Por isso, esse Grito dos Excluídos deve ser anticapitalista e internacionalista.

E essa crise internacional se reflete no Brasil. Enquanto temos aqui milhões passando fome, o governo faz propaganda de que o emprego está aumentando. Mas [se trata] do emprego de baixo salário. Vários estão passando fome ainda, temos milhões de desempregados, quarenta milhões de trabalhadores informais. Essa é a situação do trabalho no Brasil. São milhões, 48 milhões que ainda passam fome no Brasil. Essa é a situação concreta. Enquanto isso, o governo burguês de Lula apoiado pela frente ampla, manteve todas as medidas dos governos anteriores. Manteve a Reforma Trabalhista, manteve a Reforma da Previdência, manteve a Lei de Terceirização, que têm massacrado os operários nas fábricas.

Por isso, nós do POR falamos: *Nenhuma ilusão nas eleições burguesas! Nenhuma ilusão nas candidaturas da burguesia! Porque as eleições são decididas, em última instância, pelo poder econômico. Nós dizemos: confiança nas nossas próprias forças de luta. Confiança nos nossos próprios métodos! Nós dizemos: organizar a classe através dos comitês de fábrica, através dos comitês de bairro, pelas reivindicações mais sentidas da classe operária e dos demais trabalhadores. Essa é a linha política. Nenhuma ilusão nas eleições. Organizar a classe por um Dia Nacional de Luta dos trabalhadores como preparação da Greve Geral no Brasil.*

Motivos para lutar nós temos, é preciso organizar, é preciso superar as direções traidoras que apoiam o governo e vão contra os trabalhadores. Como nós vimos na greve do Ibama, na greve do ICM-Bio, na greve dos servidores federais e agora na greve dos Correios. Esse é o método dos trabalhadores: greve, bloqueio, manifestação massiva e ocupação quando tem fábrica fechada. Essa é a linha política do Partido Operário Revolucionário para as massas nesse 7 de setembro.

*Valeu, companheiros. Muito obrigado.*



São Paulo

# Balanço do “Dia dos Excluídos” ocorrido no Litoral Norte de São Paulo

A manifestação do Dia dos Excluídos ocorrida em São Sebastião, litoral norte do São Paulo, organizada pelo Fórum de sindicatos e movimentos sociais da região, foi marcada pela repressão policial. Inicialmente, foi feita uma reunião para organizar o ato. Nessa reunião, foram tiradas algumas propostas, como a elaboração de um manifesto de convocação pelo conjunto das organizações, propostas de palavras de ordem, rodagem de material, camisetas, carro de som etc. A proposta do manifesto foi apresentada pelo POR. Apresentou, em seguida uma proposta de texto, cujo conteúdo expressava a necessidade de que o Dia dos Excluídos deveria expressar e levantar as principais bandeiras de luta da classe operária e demais explorados, como a independência política da classe operária em relação aos patrões e os governos. A defesa do método da ação direta, como as greves, manifestações de rua, ocupações de fábricas etc. O texto acabou sofrendo algumas modificações pela comissão de redação, porém, consideramos que não mudou sua essência. Esse manifesto, juntamente com a convocatória foi então distribuído nos locais de trabalho, escolas etc.

No dia da manifestação, a proposta seria fazer uma passeata ao final do desfile oficial. Nesse momento, os manifestantes, se posicionaram com as faixas e cartazes e começaram a passeata. Foi quando a guarda municipal começou a se posicionar no sentido de impedir a passagem dos manifestantes. Estes não se intimidaram e romperam a primeira barreira policial e seguiram com a passeata gritando as palavras de ordem, como: abaixo a repressão, o povo tem fome, liberdade de expressão etc. A repressão foi aumentando e procurando arrancar as faixas dos manifestantes, lançando gás de pimenta e empurrando as grades de ferro contra os manifestantes, que resistiram e enfrentaram bravamente o pelotão de guardas municipais.

Nesse momento, dois companheiros foram presos, sob a falsa acusação de estarem fazendo propaganda partidária e descumprindo a Lei eleitoral e foram conduzidos para a delegacia, seguidos pelos manifestantes que tiveram de interromper o ato e foram todos para a delegacia para garantir a integridade física dos companheiros presos e exigir a liberdade imediata deles.

O POR atuou intensamente no ato e em sua organização e convocação. No dia, interveio com banca, distribuição de três manifestos do partido e levantou as palavras de ordem durante a manifestação. Denunciou que o capitalismo é o principal responsável pela fome de bilhões de pessoas, fez o chamado para a maioria oprimida se levantar contra a opressão, a fome e a miséria.

## Problema do movimento

Apesar de ter alcançado uma certa unidade na organização e realização da manifestação, verifica-se que existe uma disputa aparelhista entre as correntes que dirigiram o movimento, chegando ao ponto de uma acusar a outra de “oportunistas” dentro do próprio Fórum. Outro problema foi a falta do carro de som, que foi levado por um dos sindicatos e segundo informações, foi barrado na entrada, o que prejudicou as intervenções e falas presenciais das organizações e partidos. As falas ficaram por conta das publicações nas redes sociais, como lives etc.

A luta unitária é fundamental. Nesse sentido, a realização de um balanço da manifestação e a discussão de novas atividades devem ser o caminho para superar os problemas ocorridos. Não há

outra via senão a nossa unidade na ação para enfrentar a política antioperária e antipopular dos governantes e sua política repressiva contra os movimentos e os lutadores.

## Boletim distribuído logo após a realização do ato

**Nota de Repúdio do Partido Operário Revolucionário (POR) Contra a repressão e violência reacionária do prefeito de São Sebastião na manifestação do “Dia dos excluídos”, ocorrida no litoral norte de São Paulo**

O atual prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto, convocou, obrigatoriamente, sob pena de falta injustificada, todo o funcionalismo municipal para o desfile cívico do dia 7 de setembro de 2024. Todas as repartições públicas do município desfilaram, escolas, creches, saúde, segurança, limpeza urbana etc. Houve até desfile de moto clubes e carros antigos. Como de praxe, antes do desfile, as autoridades e igrejas discursaram.

Em contraposição ao ato oficial, o Fórum Sindical do Litoral Norte, composto por sindicatos e movimentos sociais, organizou uma manifestação no mesmo local, tendo como mote o “Dia dos Excluídos”, que foi realizado em várias partes do país, por ocasião de sua 30ª edição.

Ocorre que essa manifestação ganhou um conteúdo de luta anticapitalista, contra as opressões, miséria e fome da maioria explorada e oprimida, em detrimento do conteúdo cívico-militar oficial, bem como do conteúdo político assistencialista, levantado pelas igrejas e partidos reformistas, com missas, atos ecumênicos e festivos.

Em reunião anterior, o Fórum decidiu que o ato sairia em passeata logo após o desfile oficial. Entretanto, ao se posicionarem para iniciar a passeata, os manifestantes se depararam com uma barreira da Guarda Civil Municipal (GCM), que tentou impedir a entrada da passeata na avenida. Mas a barreira, inicialmente composta por poucos guardas, foi rompida pelos manifestantes, que adentraram pela avenida com as faixas, cartazes e gritando palavras de ordem do movimento. Foi quando a repressão policial aumentou, lançando gás de pimenta, empurrando as grades de ferro contra os manifestantes, deixando duas companheiras feridas e prendendo outros dois companheiros sob a falsa acusação de que estavam fazendo propaganda eleitoral.

Os companheiros foram conduzidos para a delegacia, seguidos pelos manifestantes presentes, que tiveram de interromper o ato. Na delegacia, os dois prestaram depoimento e foram liberados. Ainda não tivemos acesso ao teor do B.O., mas, como vimos, o prefeito Felipe Augusto usou a máquina do Estado (Município) no desfile cívico do dia 7 de setembro para fazer propaganda eleitoral disfarçada. Repudiamos a ação autoritária do prefeito e de seus partidos capitalistas que usam o dinheiro do povo e obrigam os funcionários públicos a fazerem campanha política burguesa.

A repressão e violência reacionária do prefeito de São Sebastião contra os manifestantes no litoral norte é parte da ofensiva geral da burguesia, tanto da ultradireita, quanto da frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, para reprimir e criminalizar os sindicatos e movimentos sociais que defendem o programa próprio de reivindicação

ções das massas por meio da ação direta, das greves, manifestações e bloqueios. Em São Paulo, o governo ultradireitista de Tarcísio e o prefeito Ricardo Nunes, ambos apoiados por Bolsonaro, tentaram impedir a realização do ato do Dia dos Excluídos na Praça da Sé. Aplicaram multa de R\$ 3,8 milhões ao sindicato dos metroviários de São Paulo, por realizar uma greve no dia 19/05/2021. O governo Lula/Alckmin tem criminalizado e aplicado multas aos sindicatos dos servidores e professores federais que fizeram ou estão em greve, reivindicando aumento de salários e direitos.

Os trabalhadores municipais, estaduais e federais devem, juntamente com a classe operária, deve exigir que os sindicatos e

centrais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para defender os empregos, salários e direitos; combater a repressão e criminalização das lutas e defender o direito irrestrito de greve e manifestações.

***Abaixo a repressão! Abaixo os capitalistas e seus partidos defensores da exploração do proletariado e dos servidores públicos! Nenhuma perseguição aos lutadores sindicais!***

***Por um tribunal popular para julgar os crimes do prefeito e seus aliados corruptos! Viva o Dia dos Excluídos anticapitalista, internacionalista e revolucionário!***

Rio de Janeiro

## Impulsionar a luta coletiva, essa é a tarefa da vanguarda



No último dia 7 de setembro, o POR participou do tradicional Grito dos Excluídos do Rio de Janeiro, em sua 30ª edição. O ato, contrapondo o desfile de 7 de setembro, contou com a participação de diversos grupos políticos, simpatizantes e candidatos, já que esse ano teremos eleições para vereadores e prefeito. Apesar de estar cheio, não chegou nem perto das manifestações de “Fora Bolsonaro” ou do “Dia da consciência Negra”. Ao lado acontecia o desfile cívico dos militares, com exibições de tanques de guerra, automóveis, bandas e fardas, tudo para hipnotizar e alienar as massas, o mesmo caveirão que desfilava, é o mesmo que entra nas comunidades para aniquilar a população. Voltando ao ato dos ex-

cluídos, notou-se uma desorganização do próprio movimento de esquerda em mobilizar as massas, uma vez que estivemos na reunião de preparação para o ato e foi perceptível que as direções de sua organização não esforçaram em convocar as massas.

Durante o ato, a Corrente Proletária contou com simpatizantes, que se viram pertencentes a própria temática do ato por se tratar de um movimento que, em tese, tem por finalidade ser o representante da maioria oprimida. Mas tivemos relatos deles, durante e após o ato, de uma decepção por verem um movimento com partidos e organizações de esquerda não serem capazes de críticas entre si com o objetivo de avançar na luta. Segundo eles, nada foi decidido para dar prosseguimento a luta, o que pode afastar os trabalhadores que se dispõem a ir e que poderiam ali encontrar uma direção.

Tanto a estruturação do ato e a forma como ele ocorreu, como a fala dos simpatizantes só deixam em evidência a influência e crescimento da direita no estado do Rio de Janeiro. Temos um governo de direita que usa a polícia para invadir diariamente as comunidades, uma prefeitura que faz o principal município do estado que é a própria cidade do Rio estagnar a luta ganhando um ônibus novo ou um parque numa região historicamente ultra explorada e organizações de esquerda que se recusam a lutar contra o governo Federal que tem coligação com essa mesma prefeitura, para “ir contra o fascismo”.

A crise de direção impede que um estado como o Rio, que é assolado pela crise capitalista, sequer veja condições de luta. É preciso, portanto, mobilizar as bases pelo Dia Nacional de Luta com piquetes, mobilizações e greves. Somente esse caminho pode dar vazão às necessidades dos explorados no Rio de Janeiro e no resto do mundo.

Brasília

## Burocracia impede a fala do POR

Devido ao 36º CONSINASEFE, o POR atuou com banca e seus militantes no Grito dos Excluídos na manhã de 7 de setembro na capital federal.

Foi um ato esvaziado e levado por alguns representantes de alguns partidos e movimentos sociais. O discurso político do ato não passou de discursos de representatividade e vidas importam, sem relacionar com as condições de vida, de trabalho e de estudo dos explorados brasileiros. Também ficou no simbolismo e uma marcha bem pequena com batucque, que não tomou as ruas, seguiu pela calçada.

Tratou-se de uma manifestação sob o controle de uma burocracia, que chegou a impedir a fala do POR, sob a justificativa de que

só falariam os organizadores do ato. As falas eram da burocracia sindical e demais movimentos, bastante ensaiadas, algumas de tom eleitoral e de crítica ao governo do Distrito Federal. A despolitização era grande. Houve uma fala em defesa da palestina já no final e bandeiras questionando a jornada 6x1 e de aplicar desconto a aposentados que já contribuíram. Mas, essas bandeiras não tiveram espaço no microfone.

O POR participou no Grito dos Excluídos relacionando as lutas pelas condições de vida, com a superexploração e a necessidade unir e massificar os atos como forma de garantir as reivindicações dos explorados. Por um Grito dos Excluídos classista e que organize a luta contra a exploração capitalista, a burguesia e seus governos.

Recife

## Grito dos excluídos festivo e marcado pelo eleitoralismo

O POR participou do ato de 07 de setembro com sua banca de materiais e manifesto contra as ilusões eleitorais e com a defesa de que a manifestação se guiasse pelos princípios e programa proletários, internacionalistas e socialistas. Marchamos com a bandeira em defesa da frente única anti-imperialista e da autodeterminação do povo palestino. Na concentração, estavam presentes muitos candidatos e suas equipes, com bandeiras com seus rostos e números. A organização da manifestação orientou que a frente da marcha fosse ocupada pelos movimentos, deixando os candidatos agrupados no fim da marcha. Dessa maneira, ficaram mais visíveis as faixas dos movimentos e pastorais sociais. Por nossa faixa evidenciar bandeiras de luta e não de candidatos, ficamos no bloco da frente. Estavam presentes movimentos feministas, negros, indígenas, por moradia, da pastoral do povo de rua, LGBT, dentre outros.

O ato foi precedido de reuniões preparatórias, debates e os “pré-gritos”, um deles tratou da educação e foi realizado durante a greve. Houve outro com o tema da Palestina. O Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco havia aprovado uma participação em bloco que desse visibilidade a essa causa. Porém, diante da crise político-organizativa pela qual o comitê passa, com o abandono do trabalho prático por algumas organizações e a priorização do eleitoralismo, a causa palestina foi expressa apenas em uma performance teatral de uma companheira do comitê na abertura do ato, na faixa do POR e na fala de um representante da Aliança Palestina, organização que não integra mais o comitê.

O POR não teve direito de fala, pois estas eram poucas e determinadas previamente, sendo a maior parte do tempo ocupada por músicas com temas sociais. Essa forma acaba bloqueando expressões críticas aos governos e fazendo com que predominem as denúncias genéricas, a exemplo do tema do grito “Todas as vidas importam. Mas quem se importa?”.

O Grito dos Excluídos, que surgiu há 30 anos, invadindo os desfiles do 7 de setembro e denunciando a falta de uma independência nacional real e clamando por “inclusão”, ao longo das décadas foi acompanhando a integração do PT e movimentos sociais



ao Estado. Apesar da manutenção desse dia de luta nas ruas, hoje a marcha acontece, majoritariamente, distante do desfile militar, em ruas vazias por conta do feriado, sem confrontos e com um caráter celebrativo.

A participação do POR se deu na contracorrente, mantendo alta a defesa das reivindicações dos explorados e oprimidos, sob a bandeira do internacionalismo proletário. Defendemos que o grito fosse o ponto de partida para que as centrais e movimentos convocassem um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações, em defesa das reivindicações de proteção à vida das massas.

Curso de formação política de São Paulo

## Síntese da obra “A concepção materialista da questão judaica” de Abraham Leon

No curso de formação política, realizado em São Paulo, no dia 15 de setembro, retomamos a discussão sobre a obra de Abraham Leon. Na síntese apresentada antes do estudo coletivo nos grupos, foram destacadas algumas ideias fundamentais.

Abraham Leon inicia sua obra mostrando as “bases para um estudo científico da história judaica”, mostra que a diáspora judaica é anterior à queda de Jerusalém e que esteve ligada às condições geográficas da região palestina, que forçava esse povo a escolher entre a pilhagem ou a emigração. Vai mostrar que essas condições geográficas ajudam a explicar tanto a emigração como o reforço de sua posição social como comerciantes, pois o comércio tendia a ser vinculado com os estrangeiros. Essa posição social é a base sobre a qual se desenvolveu o ódio aos judeus, que antecede o cristianismo.

Uma formulação que toma destaque é a de que “não é a fidelidade dos judeus à sua fé que explica sua preservação como grupo social distinto, ao contrário, sua preservação como grupo social explica o apego à sua fé”. Daí vem a noção de “povo-classe”, ou seja, de que os judeus constituíam um grupo social com uma função econômica específica. Vale destacar que refletem os interesses de uma classe comercial pré-capitalista. Abraham Leon vai mostrar, inclusive, que, quando e onde os judeus se tornaram agricultores, os mesmos foram assimilados, justamente por conta dessa mudança em sua função social.

Mais à frente em sua obra, vai mostrar que as tendências contraditórias na era de decadência capitalista fizeram com que se retrocedesse o processo de assimilação dos judeus nas diversas nacionalidades. De um lado, na atrasada Europa Oriental há a con-

servação dos judeus em sua condição social, cuja pobreza vai levar muitos a emigrarem para a Europa Ocidental. Com o agravamento das condições de pauperização e das ações antijudaísmo, que implicava boicotes, levou aos pogroms etc., desviando a atenção dos verdadeiros inimigos que eram a classe burguesa. Do outro lado, na Europa Ocidental, de capitalismo avançado, a chegada massiva de judeus pobres criou o movimento antissemita nas classes médias, o que foi usado pelo grande capital para desviar a atenção das contradições de classe do capitalismo. O mito do “capitalismo judaico”, como um mal capitalismo que precisava ser combativo, foi utilizado para canalizar o ódio anticapitalista para uma forma anterior de capitalismo que já não existia. Teve sua grande expressão no nazismo, que buscava distinguir o “capital produtivo nacional” e o “capital parasita judeu”. Expõe que “o racismo é, antes de mais nada, o disfarce ideológico do imperialismo moderno”.

Sobre o sionismo, Abraham Leon mostra que aparecerá a partir dos incêndios/pogroms russos de 1882 e do caso Dreyfus, na França, e que possui uma concepção idealista inseparável do dogma do eterno antissemitismo. Expõe que o sionismo é uma ideologia e não uma doutrina por não ter bases científicas; que é apenas um


reflexo distorcido dos interesses de uma classe. Diante disso, questiona se o sionismo é capaz de resolver a “questão judaica” na era da decadência capitalista, se seria capaz nesta era de criar um Estado nacional para desenvolver as forças produtivas.

Denuncia que o sionismo quer resolver a questão judaica sem destruir o capitalismo, que é a principal fonte do sofrimento do povo judeu. E que, nesse intento para derrotar a resistência árabe, precisava do apoio do imperialismo, seja inglês (como o era à época), seja americano (como corretamente prognosticou em 1942). E que o imperialismo, ao contrário de ser um agente de libertação dos povos, é nefasto, é responsável pela opressão nacional. E expõe ainda que querer resolver a questão judaica sem a revolução mundial é ignorar as verdadeiras fontes da questão no nosso tempo.

Conclui que o capitalismo moderno colocou o problema judaico, mas não pode resolvê-lo. Que a via da solução da questão judaica será através do socialismo, com a economia planificada em escala mundial e a aproximação de todos os povos. Destaca ainda que não se tratar de acelerar artificialmente a solução da questão, mas sim de garantir as melhores condições para que ela possa ocorrer.

São Paulo

## Estudo do livro *A Revolução Permanente*



Nos encontros do Grupo de Estudos (GE) que discutiram o capítulo 1 e 2 do livro de Trotsky, *A Revolução Permanente*, foi feito um aprofundamento dos principais elementos discutidos na introdução, que apresentamos no jornal *Massas* nº 722. Além disso, entrou-se no conteúdo da polêmica estabelecida entre Trotsky e os epígonos do estalinismo, em espe-

cial nesses capítulos, da polêmica com Radek, que, segundo Trotsky, fazia uma defesa das falsificações do estalinismo, ainda que usasse uma máscara de neutralidade.

Nos encontros do dia 27/08 e 03/09 as rodadas iniciais de informes se concentraram em apresentar um quadro das discussões e problemas eleitorais nas diferentes cidades representadas no GE. De conjunto, ficou claro o domínio do poder econômico sobre as candidaturas, mesmo aquelas que se colocam supostamente como vindas de fora da política, como Pablo Marçal, em São Paulo. Os camaradas também identificaram um crescimento no eleitoralismo das correntes que se reivindicam do marxismo e da luta dos trabalhadores, cumprindo o papel de alimentar as ilusões eleitorais nas massas.

O caso do PSTU foi citado mais de uma vez, indicando que as candidaturas desse partido têm se utilizado do expediente de pedir votos, dizer que são uma alternativa melhor para os trabalhadores, que certas reformas na máquina estatal poderão ser feitas por eles etc. Uma camarada citou uma de suas propagandas numa rede virtual onde perguntam: “por que dar uma chance ao PSTU” e outra que dizia: “Por que votar 16 nestas eleições - para garantir salário, emprego, transporte, saúde e educação”. Nestes dois exemplos fica claro o completo abandono da intervenção leninista nas eleições burguesas, que significa a utilização da tribuna (espaços de debates, mídias etc.) para desmascarar a democracia

burguesa, atacar as ilusões que a burguesia planta entre os explorados de que seus problemas serão resolvidos pela eleição deste ou daquele candidato.

A intervenção leninista parte da compreensão de que é o poder econômico que determina o resultado eleitoral, o que a coloca na condição de disputa interburguesa. Assim, a tarefa dos revolucionários nas eleições é combater tais ilusões ao mesmo tempo que convocam as massas para lutar e se utilizar dos seus próprios métodos. Cabe a pergunta ao PSTU, o que significa dar uma chance ao PSTU? Dar a chance de melhor gerenciar o Estado burguês? E, como o voto no número 16 nas urnas pode garantir salários, empregos etc.?

Passadas as rodadas de informes nos dois encontros, passou-se às discussões dos capítulos do livro de Trotsky. Um camarada ficou encarregado de fazer uma retomada dos principais pontos anteriores, resgatando a ideia de que a Revolução Permanente estava presente, em germe, já em Marx e Engels, passando por Lênin, até ganhar sua forma mais acabada em Trotsky, em 1905/06, no seu texto *Balances e Perspectivas*, onde analisou o desenvolvimento da revolução russa de 1905 e traçou os prognósticos para o próximo período.

Uma camarada destacou justamente o método de análise do marxismo, que não se limita ao diagnóstico, mas traça prognósticos, diferenciando as diferentes probabilidades para os diferentes acontecimentos. Um camarada lembrou que neste período outras duas concepções da revolução russa foram desenvolvidas, a dos mencheviques, na qual a burguesia teria o papel determinante na revolução, com a tarefa de realizar as tarefas democráticas pendentes, como a libertação do país, solução do problema da terra aos camponeses, liberdades democráticas e outras.

A segunda concepção citada foi a de Lênin, com a fórmula algebrica da ditadura democrática do proletariado e do campesinato, onde não estabelecia a priori a classe que seria determinante para executar a ditadura, o que deveria ser determinado pelos acontecimentos futuros. E a concepção de Trotsky, de que, devido às traições históricas da burguesia nas revoluções na Europa, devido ao acontecimento da Comuna de Paris e devido ao amadurecimento do proletariado Russo, que já se organizava em partido revolucionário, além de já ter criado seus organismos próprios de luta, os soviets, só o proletariado poderia levar a cabo as tarefas

da revolução burguesa, transformando a revolução burguesa em socialista no seu processo de luta. Essa concepção ganhou força em 1917, depois da revolução de fevereiro, quando o governo provisório, burguês, se mostrou incapaz de avançar nas tarefas pendentes.

Lênin, ao retornar para a Rússia, em abril, assumiu na prática a teoria da Revolução Permanente. E Trotsky, por sua vez, corrigiu seu erro progressivo de se manter fora do partido revolucionário centralizado, os bolcheviques.

Por fim, o camarada relembrou que foi a partir de 1924, depois da morte de Lênin, que os epígonos passaram à ofensiva contra a Oposição de Esquerda, e elegeram como pedra de toque justamente a teoria da Revolução Permanente de Trotsky. O livro foi escrito em 1929, o que permitiu a Trotsky desenvolver sua crítica, generalizando a teoria para os demais países, a partir, principalmente, da experiência da revolução chinesa na década de 20, que foi derrotada pela orientação desastrosa da burocracia estalinista.

No capítulo 1, Trotsky fala sobre os objetivos da obra, e apresenta seu ponto de partida, “Toda a história das três revoluções russas, assim como a do partido, foi completamente falsificada: a teoria, os fatos, as tradições, a herança de Lenin, tudo se sacrificou em proveito da luta contra o trotskismo, luta essa que, desde a doença de Lenin, fora concebida e organizada como uma campanha pessoal contra Trotsky, mas que adquiriu, depois, o caráter de uma luta contra o marxismo.”

Uma das falsificações mais importantes foi de que Trotsky desconsiderava o campesinato. “A pretensa oposição, burlesca e historicamente desfigurada, entre a revolução permanente e a orientação leninista para a união com o camponês nasceu em 1923, ao iniciar-se a reação política e social dentro do partido.” Ainda que o conjunto das falsificações e ataques à teoria tenha servido “para abrir caminho à teoria do socialismo num só país, isto é, do nacional-socialismo recentemente formado.”

No estudo, um camarada apresentou o conteúdo geral deste capítulo, indicando as polêmicas que Trotsky debateria, entre elas, “As Questões do leninismo, de Stalin, [que] é a codificação de toda essa poeira ideológica; é o manual oficial da estupidez, é uma coleção de banalidades numeradas (Note-se que me esforço por dar as definições mais moderadas).” Mas foi sobre “O último trabalho de Radek” que vai desenvolver sua crítica mais profunda, já que “O trabalho de Radek não representa uma excursão episódica ao passado, e sim um apoio oferecido à política oficial com toda a sua mitologia teórica e que, sem ter sido maduramente preparado, nem por isso deixa de ser menos perigoso.”

“O trabalho de Radek sobre a revolução permanente chega a esta conclusão: A nova fração do partido (a oposição) está ameaçada pelo aparecimento de tendências que irão separar a revolução proletária, no curso do seu desenvolvimento, do seu aliado – o campesinato.” Tal era a essência da concepção apresentada por Radek. Ao que Trotsky responde: “formulei os objetivos das próximas etapas da revolução de 1905 de modo inteiramente idêntico ao de Lenin, e isso apesar de ter vivido todo o ano de 1905 ilegalmente na Rússia, sem relações com os emigrados.” e continua, “os principais manifestos aos camponeses, publicados em 1905 pela gráfica bolchevique central, foram escritos por mim; [e] que a nota da redação do jornal Novaia Jizn, dirigido por Lenin, é a defesa enérgica do meu artigo sobre a revolução permanente, publicado no Natchalo;”

As tentativas eram de separar o máximo possível as posições de Trotsky e de Lênin, mas tais tentativas não se sustentava no decurso dos acontecimentos e das posições que haviam sido tomadas na luta. Em novembro de 1917, “Discutia-se a questão do acordo com os mencheviques e os socialistas revolucionários. Os partidários dessa aliança tentaram, embora muito timidamente, fazer uma alusão ao trotskismo. E que respondeu Lênin? ... Acordo? Mas, nem posso tomar isso a sério. Trotsky já declarou, há muito tempo, que nenhum acordo é possível. Trotsky o compreendeu e,

desde então, não houve melhor bolchevique do que ele. O que, segundo Lenin, era a tendência à conciliação, e não a revolução permanente. Para tornar-me o melhor bolchevique, precisei, como se acaba de ler, compreender a impossibilidade de um acordo com o menchevismo.” Assim, Trotsky mostrou neste capítulo sem margem para equívocos, que as acusações de Radek e do conjunto dos epígonos não passavam de falsificações grosseiras.

Já no encontro do GE que tratamos do capítulo 2, um camarada demonstrou novamente a questão do método, a partir de uma nota de rodapé de Trotsky, “Lembro-me de que, no VIII Plenum do Comitê Executivo da Internacional Comunista, ao citar Bukharin essas mesmas passagens, hoje utilizadas por Radek, exclamei: “Mas, é possível achar em Lenin citações exatamente contrárias!”. Depois de um momento de confusão, Bukharin respondeu: “Já sei, já sei; tomo, porém, o que me convém, e não o que lhe convém”. Tal é a presença de espírito desse teórico.” Aqui se vê que aqueles que atacavam Trotsky se afastaram do método marxista da crítica e autocrítica, que escolhiam as citações que os interessavam, deixando de lado a própria realidade dos fatos.

Em seguida, a discussão no grupo retomou o problema da concepção da revolução russa. O trecho seguinte foi lido por um camarada, “Em 1906, Lenin prefaciou e publicou o artigo de Kautsky sobre as forças motrizes da revolução russa. Sem o saber, também fiz, na prisão, uma tradução desse artigo, inserindo-a, com uma introdução, no meu livro Em defesa do partido. Lenin e eu nos declaramos de perfeito acordo com a análise de Kautsky. Tendo Plekhanov perguntado se a nossa revolução era burguesa ou socialista, Kautsky respondeu que não era mais burguesa, mas também não era ainda socialista, representando, portanto, uma espécie de transição entre ambas. A esse respeito, escreveu Lênin em seu prefácio: [...] É uma velha frase feita, diz Kautsky, pois a questão não se coloca assim e não é essa a maneira marxista de colocá-la. A revolução russa não é burguesa, porque a burguesia não faz parte das forças motrizes do atual movimento revolucionário na Rússia. Não obstante, a revolução russa também não é socialista.”, indicando assim a clareza da natureza dialética do processo revolucionário que se desenvolvia naquele país.

Já Trotsky esclarece sua posição: “nunca neguei o caráter burguês da revolução, no sentido de suas tarefas históricas imediatas; só o neguei quanto a suas forças motrizes e a suas perspectivas. Eis como começa minha principal obra da época (1905-1906) sobre a revolução permanente: A revolução na Rússia foi uma surpresa para todos, com exceção da social-democracia. Há muito tempo que o marxismo predissera a inevitabilidade da revolução russa, que devia estalar em consequência de um choque entre as forças do desenvolvimento capitalista, de um lado, e as forças de inércia do absolutismo, de outro lado. Declarando-a burguesa, o marxismo indicava que as tarefas imediatas e objetivas da revolução consistem na criação de condições normais para a evolução de toda a sociedade burguesa. Que o marxismo teve razão, não são mais necessárias discussões nem provas para demonstrá-lo. Coloca-se, hoje, para os marxistas, outra tarefa bem diversa: a definição das possibilidades da revolução que se desenvolve, mediante a análise do seu mecanismo interno. A revolução russa tem um caráter todo específico, representando a soma de todas as particularidades de nossa evolução histórica e social e descobrindo diante de nós, por seu turno, perspectivas históricas inteiramente novas (Nossa Revolução, 1906, livro Balanço e perspectivas, p. 224).”

Trotsky também abandonava o mecanicismo de algumas tendências no sentido de não acreditarem na conquista do poder pelo proletariado em um país atrasado, antes mesmo dos países de capitalismo avançado. Essa foi justamente a hipótese que se verificou no decurso dos acontecimentos em 1917. Eis, “O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem diretamente do nível das forças produtivas, e sim das relações da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos, sobretudo a tradição, a ini-

ciativa, a preparação da batalha. O proletariado pode chegar ao poder, num país economicamente atrasado, antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista. Julgar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo econômico por demais simplificado.”

A discussão sobre o caráter da revolução russa, passava pelas experiências históricas revolucionárias, entre elas a própria revolução burguesa vitoriosa da França. Em suas análises, Trotsky traçava os paralelos dessa revolução com a russa, identificando as modificações do desenvolvimento histórico (fortalecimento do proletariado) e regional: “Conhecemos o exemplo clássico de uma revolução – escrevia eu, em 1908, contra o menchevique Tcherevanin – na qual as condições que acarretaram a dominação da burguesia capitalista tinham sido preparadas pela ditadura terrorista dos sans-culottes vitoriosos. Era a época em que a grande massa da população das cidades era constituída pela pequena burguesia artesã e comerciante que apoiava os jacobinos. Mas a grande massa da população das cidades russas é hoje o proletariado industrial. Essa analogia nos inspira a ideia da possibilidade de uma situação histórica em que a vitória da revolução burguesa só possa realizar-se mediante a conquista do poder revolucionário pelo proletariado. E a revolução deixará, por isso, de ser burguesa? Sim e não. Isso não depende de definições formais, mas do desenvolvimento ulterior dos acontecimentos. Se o proletariado for derrocado pela coligação das classes burguesas, inclusive o campesinato por ele libertado, a revolução se manterá nos quadros limitados de uma revolução burguesa. Mas, se o proletariado souber e puder empregar todos os meios de dominação política para romper os quadros

nacionais da revolução russa, esta poderá tornar-se o prólogo da revolução socialista mundial.”

A discussão em nosso grupo de estudos concluiu com a retomada do problema do campesinato, levantado pelos críticos de Trotsky como o erro fundamental em sua teoria. O autor esclarece que essa falsificação não se sustentava, mesmo em 1905, quando escreveu seu “Balanço e Perspectivas”, onde dava toda a atenção ao problema agrário, sem, no entanto, conceder um papel à classe camponesa, resquício de um modo de produção anterior ao capitalismo, um lugar que não lhe pertencia. Eis como concluimos o estudo: “O proletariado no poder aparecerá aos camponeses como uma classe libertadora. A dominação do proletariado não só acarretará a igualdade democrática, a livre autonomia, a passagem da carga fiscal para as classes abastadas, a fusão do Exército regular com o povo armado, a supressão dos dízimos obrigatórios da Igreja, como também a legalização de todas as transformações revolucionárias agrárias (confiscação das terras pelos camponeses). O proletariado fará dessas transformações um ponto de partida para medidas de Estado sucessivas na economia rural. Nessas condições, os camponeses russos terão todo o interesse em prestar seu apoio ao regime proletário, sobretudo em seus pródromos difíceis, como fizeram os camponeses franceses em favor do regime militar de Napoleão Bonaparte, cujas baionetas asseguraram aos novos proprietários a inviolabilidade de suas terras. Não será possível, no entanto, que o campesinato afaste o proletariado para tomar-lhe o lugar? É impossível. Toda a experiência histórica desmente essa hipótese, ao mostrar a absoluta incapacidade de o campesinato desempenhar um papel político independente”.

Pernambuco

## **Eleições Municipais e posicionamento do POR** **Lançamento do livro - Internacionalismo Proletário**

A formação política em Recife ocorreu em 14 de setembro e teve como tema as eleições municipais, estudamos o texto “O Partido Operário Revolucionário diante das eleições municipais”, publicado no Massas 722. Além disso, em um segundo momento foi feito o lançamento do livro “Internacionalismo Proletário”, nova publicação que expressa o esforço do partido em apontar para a vanguarda a necessidade de erguer as bandeiras de independência política e organizativa da classe operária e demais oprimidos diante da decomposição do sistema capitalista, em um cenário de avanço das tendências bélicas.

Sobre as eleições foi feita uma análise dos partidos e suas coligações. Os explorados são disputados a partir da aproximação dos candidatos às imagens de Lula/PT ou Bolsonaro/PL. Mas, enquanto principais partidos opositores PT e PL, não criaram impeditivos para alianças. Da mesma forma os partidos em torno do PT, como PDT, PCdoB e PSB também ficaram livres para qualquer composição. O PSOL e suas diversas correntes de esquerda expressam o seguidismo ao PT. As correntes de esquerda que reivindicam do estalinismo como UP e PCB estão disputando 10 e 2 capitais, respectivamente. Já a quantidade de capitais das correntes trotskistas são: PSTU com 16; PCO com 15 e PSOL com 16, incluindo São Paulo com Guilherme Boulos.

Estas eleições ocorrem em um cenário internacional de avanço da crise capitalista e escalada militar, fazendo parte deste quadro: a continuidade das guerras na Ucrânia; genocídio do estado sionista colonialista de Israel contra a Palestina; guerra comercial entre EUA e China. Sob este cenário o imperialismo impõe as contrarreformas que atacam direitos e as medidas fiscais que restringem verbas para saúde e educação. Mas, as eleições burguesas servem para manter as ilusões dos explorados de que a melhora de suas

condições de vida dependerá do voto. A população é massivamente convocada a participar da “festa da democracia”, e sob a democracia burguesa os candidatos e os partidos que manterão a ordem do estado burguês são determinados pela burguesia, cabendo ao proletariado e demais oprimidos apenas ir às urnas.

O PT se mostrou como partido da ordem burguesa, apesar de suas diferenças com a ultradireita, Lula em seu terceiro mandato mostra que faz cumprir os ordens do capital financeiro e burguesia nacional. A desilusão das massas no nacional reformismo do PT alimenta as fileiras da ultradireita, que aparece sob discursos radicais, sob promessa de serem “novas alternativas”.

A participação das correntes de esquerda nas eleições não mostra diferença com os demais partidos burgueses. Não expressam a tendência de luta da classe operária e demais explorados. Prometem resolver as mazelas dos explorados pelo voto. Não utilizam as eleições como uma tribuna de denúncia da exploração capitalista e necessidade da revolução social. PSTU, por exemplo, que possui sindicatos e dirige uma central sindical não convoca sua base a organizar uma frente classista em defesa das reivindicações que se chocam com as contrarreformas, Arcabouço fiscal e fechamento de fábricas. Até o MST lança candidaturas próprias, inclusive recrutando não apenas lideranças do campo, mas também das favelas, sob a política de distribuição de comida iniciada na pandemia.

Nas discussões apontamos a importância de nos posicionarmos contra qualquer cláusula que impeça partidos que se coloquem sob a perspectiva classista de participar das eleições, a exemplo da perseguição sofrida pelo PCO. O POR não é um partido legalizado, não por princípio, mas pelas barreiras da burguesia. Atuamos nas eleições convocando as massas a votarem nulo pela defesa das reivindicações pelos métodos próprios de luta, sem ilusão de que

as eleições e mudança de um governo burguês por outro resolverá problemas como: o avanço da miséria, falta de saúde, moradia, educação e emprego que atinge a maioria oprimida.

Sobre o lançamento do livro “Internacionalismo proletário”, expressa a construção do programa da revolução social. Este livro conclui a trilogia, iniciada com os livros publicados sobre a “Guerra na Ucrânia” e “Palestina”. Na apresentação foram levantados elementos como: a crise da economia mundial e sua refração na crise política do Brasil; guerra comercial entre China e EUA; es-

gotamento da partilha do mundo do pós II Guerra Mundial e sua relação com as guerras na Ucrânia e Gaza; esgotamento da política assistencialista do reformismo e avanço da ultradireita como fenômeno internacional. Sobre as guerras reafirmamos o programa proletário. Na Ucrânia: fim da OTAN, fora as tropas russas da Ucrânia, que os operários ucranianos e russos se levantem por um república soviética. Em Gaza, reafirmamos que as massas em levantar a bandeira de destruição do Estado sionista de Israel, por uma república socialista de palestinos e judeus, fruto da revolução social.

## Palestra

# Semana de História da Unicid

Agradeço o programa de história da Unicid por me convidar pela terceira vez à Semana de História. A última vez que aqui estive foi motivada pelo início da guerra na Ucrânia. Passaram-se dois anos e meio e a crise mundial do capitalismo, ao contrário de arrefecer, agravou-se. Para tratar do tema: “Lutas sociais, contextos e desafios”, necessariamente nos deparamos com a crise econômica mundial e as guerras em curso.

Abaixo resumimos os seguintes aspectos da exposição.

1. O período do pós Segunda Guerra tem sido de profundas convulsões. Depois da Guerra da Coreia, em 1953, parecia que o mundo viveria um período de relativa calma, mas em pouco tempo os acordos firmados entre as potências vencedoras deram sinais de esgotamento. No entanto, as guerras que ocorriam estavam circunscritas às suas fronteiras, em particular no Oriente Médio, como as guerras no Iraque e Afeganistão, provocadas pelos Estados Unidos que necessitam controlar as fontes de matérias-primas, bem como a intervenção militar do imperialismo norte-americano e francês na Líbia;

2. A guerra na Ucrânia, que já percorre mais de dois anos, se dá dentro da Europa e envolve uma aliança imperialista comandada pelos Estados Unidos. Tem como objetivo ampliar a sua influência na região da Eurásia. Tem em sua base o cerco à Rússia, país que ainda exerce um poder sobre as ex-repúblicas soviéticas, como a Ucrânia. O fato é que as sanções impostas à Rússia atingiram os países europeus, a exemplo do fornecimento do gás russo, o que necessariamente tem provocado movimentos e greves contra a elevação do custo de vida e por melhores condições salariais. Isso é o tema de nosso debate hoje;

3. Mas há quase um ano, dia 7 de outubro completará um ano, Israel intervém militarmente sobre a Faixa de Gaza. Trata-se de uma guerra com elevado caráter destrutivo, com a mortandade de crianças, mulheres, velhos e civis em geral, que ultrapassou 40 mil mortes. O genocídio do povo palestino ocorre sob o poder econômico e militar dos Estados Unidos, interessados em manter sua hegemonia no Oriente Médio;

4. Chama a atenção o fato de que essas duas guerras marcam um período da história. A história é composta de períodos. Esse que estamos vivendo é o período de esgotamento da partilha do mundo e de profunda crise estrutural do capitalismo;

5. O capitalismo em decomposição está atravessando um momento de confrontação mundial. Temos uma arremetida das tendências militares. Isso ocorre quando a China se despontou como potência econômica mundial. O que tem levado à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. E o crescimento do arsenal bélico, a exemplo do Japão, China, na Ásia. Os países têm aumentado enormemente seu orçamento militar. É sintomático que as potências impulsionam o armamento atômico. Esses elementos indicam que o capitalismo entrou em um período de convulsões militares, sociais e políticas;

6. Não tem como eu falar do tema de nosso debate sobre as lutas sociais sem considerar o período em que vivemos, sem assinalar a decomposição do sistema capitalista, como um sistema econômico mundial;

7. É preciso mostrar que as instituições criadas pós Segunda Guerra, como a ONU, OMC, OCDE, FMI estão em crise. A guerra comercial dos Estados Unidos com a China e as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza vêm criando novos alinhamentos de poder, como a atuação da China no BRICS;

8. Esse processo que emergiu pós Segunda Guerra tem suas leis, que regem um período da história. O capitalismo teve seu período de composição, momento das revoluções burguesas e expansão mundial; hoje, vive o período de decomposição. Na base, estão as forças produtivas. Assim, as guerras de constituição dos Estados nacionais e expansão do capitalismo não podem ser confundidas com as guerras da época do capitalismo em decomposição. A primeira e segunda guerras mundiais ocorreram no período de decomposição do capitalismo, em sua fase imperialista;

9. A fase do capitalismo imperialista é o momento em que as forças produtivas alcançaram um nível alto de desenvolvimento e necessariamente precisam romper as fronteiras nacionais. Logo vimos que a partilha do mundo pelas potências vencedoras da 1ª Guerra se esgotou e se mostrou insuficiente para impor a hegemonia dos Estados Unidos. Hoje, a guerra na Ucrânia, a ocupação militar de Israel na Faixa de Gaza e a guerra comercial assinalam novamente que os acordos de Yalta e a partilha estão esgotados. Agudizam, assim, os confrontos pelas fontes de matérias-primas e pelo domínio sobre as nações oprimidas. Há uma disputa mundial em torno às tecnologias entre os monopólios;

10. Por outro lado, o capitalismo provoca uma regressão nas condições da força de trabalho. Os Estados, inclusive os imperialistas, vêm destruindo antigas conquistas trabalhistas. O capitalismo da fase imperialista não é de reformas, mas sim de contrarreformas. O capitalismo revolucionou as forças produtivas, que esbarravam no modo de produção feudal. Criou uma economia mundial. Hoje o capitalismo é um sistema esgotado que tende a ser ultrapassado por um outro modo de produção, assentado na produção social, isto é, o socialismo;

11. O esgotamento de um sistema econômico leva às guerras, ao agravamento da fome e miséria e necessariamente à luta de classes. O período histórico que estamos vivendo é de explosão das lutas sociais, embora compareçam isoladas em seus países. Vou citar algumas das importantes greves e manifestações de 2023 e 2024.

12. Em 2023, tivemos uma poderosa greve da Previdência na França; a greve dos médicos e enfermeiros no Reino Unido; a greve contra a reforma trabalhista na Coreia do Sul; dos portuários e ferroviários na Alemanha; dos professores em Portugal; da saúde na Espanha; a dos mineiros no Panamá e Chile; a greve contra as medidas de Milei na Argentina; da saúde e do magistério na Bo-

lívica. Em 2024, temos agora a greve dos trabalhadores da Boeing nos Estados Unidos; a greve geral convocada pelos sindicatos em Israel; a greve dos médicos na Índia; a greve na Sansung na Coreia do Sul. No Brasil, a greve dos servidores federais, dos Correios, do INSS, contra as privatizações em SP etc. Não podemos esquecer dos protestos contra a imigração e a luta dos indígenas na América Latina;

13. As lutas sociais tiveram várias características: foram protestos diante das contrarreformas (trabalhista e previdenciária); foram manifestações em defesa dos empregos, salários, saúde e educação; foram contra o genocídio do povo palestino. Tomando de conjunto, mostram que vivemos uma situação convulsiva;

14. É importante assinalar a ausência de movimentos contra a guerra na Ucrânia. Isso tem a ver com a restauração capitalista na Rússia e a dissolução da URSS. Trata-se de um reflexo do que se passou na Rússia e nas ex-repúblicas soviéticas após da restauração capitalista. Houve um retrocesso das conquistas históricas da Revolução Russa no mundo todo. E o fortalecimento dos instrumentos de dominação imperialistas, a exemplo da OTAN. A Rússia, cercada, usa seu poder regional para invadir a Ucrânia. A Ucrânia, por sua vez, passa a ser um instrumento das potências imperialistas, em particular dos Estados Unidos, que procuram avançar sobre a totalidade dessa região, antes inteiramente sob o controle da URSS;

15. As manifestações, levantes e greves ocorrem em meio a uma profunda crise de direção. A classe operária não conta com partidos revolucionários. Na época de Marx, a classe operária pôde contar com a 1ª Internacional; depois ergueu-se a 2ª Internacional, que se desintegrou com a traição da socialdemocracia no momento da 1ª guerra mundial; com a Revolução Russa, a classe operária se fortaleceu política e ideologicamente com a criação da 3ª Internacional, com o Partido Mundial da Revolução Socialista. No entanto, a política restauracionista estalinista dissolveu esse bastião da classe operária. A luta de Trotsky em constituir um movimento pela criação da IV Internacional se deu no momento de brutal violência de Stalin com os Processos de Moscou, que acabou eliminando fisicamente os bolcheviques, entre eles Trotsky. Depois do assassinato de Trotsky, o embrião da IV Internacional se desintegrou. Hoje, vivemos uma crise de direção do proletariado. Esse é o perigo da humanidade. Ou se avança para o socialismo, ou a barbárie do capitalismo continuará avançando. E os perigos de uma nova confrontação mundial estão colocados, mais potente que os anteriores e, certamente, sob a ameaça de uso das armas nucleares.

Terminada a exposição, os estudantes tomaram a palavra fazendo inúmeras perguntas. Por motivo de espaço, apenas citamos:

- 1) Por que Trotsky nadou contracorrente?
- 2) O poder da mídia de influenciar na escolha dos lados, quando se trata da guerra na Faixa de Gaza.
- 3) Qual é o papel da mobilização social em tempo de crise e conflitos?
- 4) O que se passa com a guerra na Ucrânia. A Rússia tem capacidade de tomar o lugar da OTAN?
- 5) A política dos governos durante a pandemia. A cegueira diante das mortes.
- 6) Como os Estados Unidos utilizam Israel para controlar o Oriente Médio?
- 7) Somente a luta armada, a violência, pode derrubar o capitalismo?

Como se pode ver, são perguntas concretas e politizadas. O que indica que os estudantes estão atentos aos acontecimentos e pode vir a ter um importante papel na luta contra as guerras de dominação.

## Conclusão da palestra


No encerramento, foram apresentados os livros: “Guerra na Ucrânia. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”, “Palestina. Guerra na Faixa de Gaza e Genocídio do Povo Palestino. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”; “Internacionalismo Proletário. Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza Potenciam a Crise Mundial. Resoluções, Manifestos e Declarações”.

As publicações do Partido Operário Revolucionário (POR) despertaram atenção de um conjunto de estudantes, que vieram à sua procura.

**R\$5**

**Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:**

**CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE CONTRA AS DEMISSÕES E OS ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO**



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

**SÃO PAULO 2023**

**NOSSA CLASSE**

**POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**

**LANÇAMENTO FOLHETO**



**Isaac Deutscher**

**SOBRE O HOMEM SOCIALISTA**



**Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00**

**POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**

**MASSAS**





Nesta edição:

**- Argentina:**

Manifesto do XVI Congresso do POR da Argentina;

**- Bolívia:**

Proletariado israelita mobiliza-se contra o governo genocida da ultradireita Netanyahu;

**- Chile:**

A um mês das novas farsas eleitorais burguesas;

**- Trotsky:**

Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa;

# Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Manifesto do XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário da Argentina (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI)

## **Somente a classe operária pode propiciar uma saída para a aguda decomposição capitalista que nos leva à barbárie**

31 de agosto de 2024

O Congresso debateu o cenário internacional, fundamental para entender como suas principais tendências atuam na realidade nacional.

Estamos vivendo o agravamento das condições de vida das massas em todo o mundo, com dezenas de milhões que se juntam aos pobres e famintos, aos desempregados, às migrações em massa, ao ataque aos direitos e conquistas das massas em décadas de luta.

Estamos testemunhando o agravamento da crise mundial, a guerra comercial que está se fortalecendo e se transformando em guerra, como foi alertado pelo CERQUI há muitos anos. Crescem no mundo as guerras promovidas pelo imperialismo, EUA e OTAN para tentar manter sua hegemonia e impor uma nova ordem mundial, arrastando as potências europeias. O imperialismo não conhece outra maneira de “resolver” suas crises estruturais que não seja destruindo massivamente as forças produtivas.

Potencia-se a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as fronteiras nacionais. A divisão do mundo estabelecida após a 2ª Guerra Mundial se esgotou e o imperialismo precisa impor uma nova distribuição. Os processos de restauração capitalista nos Estados operários não são mais suficientes para oxigenar a economia mundial e o imperialismo precisa varrer todas as conquistas das revoluções proletárias.

A tecnologia e a ciência se desenvolveram a níveis que podem resolver os principais problemas da humanidade, mas estão em mãos privadas, as que concentram a propriedade dos principais meios de produção e bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas.

O imperialismo avança com suas políticas de saque dos recursos, empresas, países, em benefício próprio ou para evitar que fiquem ao alcance da China. As grandes potências são cada vez mais protecionistas e, ao mesmo tempo, exigem que as semicolônias abram suas fronteiras para a pilhagem e para a introdução de todas suas mercadorias.

A OTAN exige que seus membros incrementem o orçamento militar, aumentando os armamentos, preparando-se para uma grande conflagração. Passos muito semelhantes aos preparativos das grandes guerras mundiais.

Insistimos mais uma vez: o capitalismo não pode ser reformado, ele nos empurra todos os dias para a barbárie em todas as suas formas.

O genocídio do Estado sionista de Israel contra o povo palestino já provocou com mais de 40.000 mortos, dezenas de milhares feridos e mutilados, e milhares e milhares desaparecidos sob os escombros. Tal ofensiva só é possível com o apoio e a cumplicidade das grandes potências. As resoluções das organizações internacionais e suas condenações são impotentes para impedir tal massacre. Israel intensifica seu ataque aos países vizinhos.

A guerra provocada pelos EUA e pela OTAN na Ucrânia, usando-a como bucha de canhão contra a Rússia, levou a milhares de mortes, destruição de casas, estradas, pontes, fábricas, campos, a migração de milhões de ucranianos que fogem da guerra. O governo ucraniano não pode sequer negociar o fim da guerra porque seus mandantes nos EUA o impedem de fazê-lo. São os mesmos que procuram prolongar a guerra para causar o máximo de danos possível à Federação Russa.

O objetivo declarado da OTAN é ir contra a Rússia e a China, que são expressamente consideradas inimigas.

O agravamento da crise econômica desde 2008, que atingiu o coração das metrópoles, acentuou a guerra comercial e o unilateralismo e não poderia deixar de se expressar na guinada à direita dos governos, dos partidos burgueses e nas instituições do capital, acabando até mesmo com as formas de democracia burguesa como evidenciado na decadência dos Estados Unidos com Trump ignorando as eleições que deram a vitória a Biden, incentivando a tomada do Capitólio, ou com Macron tendo de impor a reforma da previdência por decreto diante da extraordinária resistência da classe operária e da maioria da população nas ruas. Organizações ultradireitistas e pró-fascistas ressurgem como resultado do fracasso das formas democráticas burguesas.

As recentes eleições na Venezuela mostraram um alto grau de intervencionismo do imperialismo para condicionar seu resultado, impor seu controle e sua vontade. O objetivo é o de se apropriar do petróleo. Os governos da região aderiram a essa intervenção, violando o direito da Venezuela à autodeterminação. Defendemos a Venezuela contra o imperialismo, o que não significa apoiar o

regime de Maduro que é desastroso para as massas. Não podemos confundir nossas bandeiras com as da direita, por mais bronca que haja contra Maduro. Rejeitamos qualquer ideia de colocar a democracia e o voto num altar, espezinhado por aqueles que hoje aparecem como seus defensores imaculados.

O genocídio do povo palestino provocou uma resposta multitudinária em todo o mundo com milhões nas ruas, mobilizações contra os armamentos, com resistência radicalizada em vários países do Oriente Médio. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha, as greves estão crescendo. A sindicalização está recrudescendo, tentando recuperar salários e direitos que foram arrancados. As lutas têm dimensões históricas, depois de décadas de passividade. Na África, a resistência contra a subjugação colonial está avançando em muitos países. O problema dos problemas é a falta de perspectiva política dessas lutas.

O problema da direção revolucionária continua atual. As massas não têm uma direção revolucionária internacional. Suas raízes estão na dissolução da Terceira Internacional pelo estalinismo na década de 1940 e na incapacidade da Quarta Internacional de tomar seu lugar, especialmente devido ao revisionismo de seus centros dirigentes. A dissolução da URSS em 1991 significou um duro golpe para o proletariado mundial, abrindo a possibilidade de varrer as conquistas que permaneciam de pé.

A tarefa central dos revolucionários em todo o mundo é estabelecer este centro internacional, o partido mundial da revolução socialista, e construir partidos revolucionários em cada país, suas seções, com a estratégia da revolução social e da ditadura do proletariado, que responda aos principais problemas nacionais, democráticos e sociais que estão nos empurrando para a catástrofe, educando a vanguarda que luta, às novas gerações, sob as bandeiras do socialismo, do comunismo, fazendo um balanço rigoroso dos erros e fracassos, e assim retomarmos o caminho da revolução que se abriu na Rússia em 1917.

## Milei expressa a crise política da burguesia

*Há que derrotar sua política que ameaça brutalmente as condições de vida e trabalho, e que pretende criar as condições para o maior saque do país*

Seu governo é o produto do cansaço das massas com a política burguesa, com seus partidos, com seus personagens, com suas instituições. Testemunhamos um esgotamento das ilusões na democracia burguesa que vinha crescendo nos últimos anos. Ele soube aproveitar essa situação para chegar ao governo com o apoio de grandes corporações, da mídia e dos partidos políticos patronais. Milei representa uma pequena minoria que possui os grandes meios de produção. Sua política rapidamente agravou as condições de vida e de trabalho, empurrando-nos para uma catástrofe social pior da que estaríamos no meio de uma guerra.

O eixo de seu programa é arrancar conquistas e direitos das massas, para alcançar um superávit fiscal que lhe permita reduzir ou eliminar impostos dos capitalistas e acumular os dólares necessários para poder pagar a extraordinária dívida fraudulenta do país. Os setores capitalistas mais poderosos e o imperialismo se alinham por trás de seu governo, são eles que ditaram e corrigiram as leis. Apostam em controlar e reprimir a resistência popular aos ajustes, que golpeiam a maioria da população, avançando contra suas organizações sindicais e sociais, contra suas lutas.

Seu alinhamento internacional é explícito com os EUA e Israel,

com suas políticas econômicas e militares. Promove os negócios do capital financeiro sem restrições ou controles, para que saqueiem os setores vitais da economia. Privatizar todas as empresas estatais e vender todas as terras e recursos do Estado. Cumprir todas as exigências do FMI. Avançando, assim, rapidamente na transformação do país numa colônia, enterrando até as formas mais moderadas de limite à arrogância do capital internacional e de suas corporações. Libertou os preços e cancelou todas as formas de controle. Nem sequer exige que o autoabastecimento nacional seja cumprido antes de exportar ou garantir alimentos para a população. Pode exportar-se sem limites e os dólares podem ser deixados no exterior se as empresas assim o desejarem.

Tal programa só pode ser imposto com repressão, derrotando as massas, criminalizando o seu movimento. Impõe um regime de ditadura civil, pisoteando as liberdades democráticas, as organizações sindicais, reprimindo as lutas, usando o aparato da Justiça, tentando burlar o Congresso, governando por decreto, tentando incorporar as forças armadas à repressão interna. Coerentemente com essa política, reivindica a última ditadura militar e desintegra os órgãos estatais ligados às lutas pelos direitos humanos. Assim, o regime da ditadura do capital aparece completamente exposto como poucas vezes. Um regime com essas características não se supera por decreto, por meios democráticos, conciliatórios, deve ser substituído pela luta de classes. O limite para este ataque foi estabelecido pelas massas que saíram à luta desde o início de seu governo.

Estamos perante uma mudança radical na situação política. As leis e medidas tomadas pelo governo são uma declaração de guerra contra a maioria. A burguesia o apoia e ao mesmo tempo espera que sua política se sustente, pois é muito evidente seu grau de inexperiência e improvisação. Seu programa, suas leis, foram escritas para outro candidato e nem mesmo seus próprios legisladores e funcionários as conheciam. Algumas das medidas com as quais ele fez campanha foram esquecidas. A maioria dos que acompanharam Milei em suas formulações teóricas foram deslocados ou se afastaram. Mais de 50 funcionários nomeados foram afastados. A Lei Bases e a DNU tiveram de ser reformuladas.

O governo conseguiu avanços para o grande capital: liberando preços, acabando com os controles, reduzindo subsídios às tarifas, cortando salários e aposentadorias, demitindo funcionários públicos, dissolvendo organismos estatais, parando totalmente as obras públicas, mas precisa ir mais fundo com a entrega de empresas e recursos. No entanto, seu “plano” mostra inconsistências: a vantagem da desvalorização extraordinária de dezembro, que já foi absorvida e superada pela inflação do período, se esgotou; se choca com a oligarquia latifundiária e os exportadores que exigem uma nova desvalorização e redução das retenções, enquanto isso, retêm-se as colheitas; o consumo continua caindo pior do que na pandemia; a recessão se aprofunda e cai em termos reais a arrecadação de impostos; as reservas do Banco Central continuam sendo negativas; o endividamento do país cresce exponencialmente e o risco de inadimplência é forte. O governo não tem como pagar os vencimentos do próximo ano e não tem possibilidade de refinanciar a dívida. Uma desvalorização aceleraria a inflação, que nunca parou, acabando com toda a credibilidade de Milei e com o próprio Milei.

Milei não cai sozinho. Será necessária uma longa luta. Não é uma questão de trocar Milei por outro personagem que tenta aplicar essencialmente as mesmas políticas. Toda a burguesia está com ele, mas também está preparando sua substituição, caso não consiga se sustentar. Alertamos para o perigo do parlamentarismo, para os acordos e votações que estão ocorrendo e que podem dar a falsa ideia de que há vida no Congresso, de que há alguma independência do poder econômico. Esse Congresso votou as piores leis contra a Nação e contra os trabalhadores - não podemos esperar nada dele. Alertamos sobre as eleições, sobre aqueles que insistem que devemos nos organizar para derrotar Milei eleitoralmente no

próximo ano e em 2027. Para evitar uma nova frustração, os trabalhadores devem debater e se preparar para governar, definir quais são as políticas centrais para tirar o país desse desastre, para libertá-lo da tutela imperialista, conquistando a soberania e colocando todos os recursos e empresas a serviço da maioria, para resolver as tarefas que a burguesia não conseguiu em nenhuma de suas variantes. Devemos debater quais são os métodos, a organização e o programa que nos permitirão acabar com a política que encarna Milei.

O levante popular de 2001, apesar de todo o seu vigor, pôde ser desviado, controlado, institucionalizado. A burguesia conseguiu sair dessa crise apelando para o kirchnerismo que “veio para apagar o fogo”, recriando ilusões na democracia e no peronismo. É preciso fazer um balanço dessa etapa, com o maior crescimento da economia em vários anos, e que não conseguiu resolver a pobreza, o trabalho precário, o drama da moradia e os baixos salários e aposentadorias, não conseguiu reverter as medidas neoliberais de Menem e da ditadura, confirmando que no quadro da grande propriedade privada não é possível resolver os problemas das massas. O governo Fernández fracassou fundamentalmente por causa de sua submissão ao FMI, do seu programa, do reconhecimento da dívida fraudulenta, da submissão às multinacionais. Esse balanço é necessário para entender que não há saída para a crise com o

peronismo em nenhuma de suas formas. Essa é a perspectiva política que nos oferecem as direções da CGT, CTAs, que bloqueiam politicamente a evolução das lutas, greves e mobilizações.

A classe operária, a maioria oprimida, deve se tornar politicamente independente, lutar por seu próprio poder, por seu próprio governo. Esse é o caminho indicado pelas grandes lutas destes meses, lutas políticas, nacionais, unitárias, que mostram confiança em seus próprios métodos de luta, em sua própria organização, retomando as assembleias nos locais de trabalho, nos sindicatos. Com mobilizações extraordinárias em defesa da Universidade, em Memória do 24 de Março e da Mulher Trabalhadora, enfrentando as leis do Milei. É necessário a unidade anti-imperialista de todas essas lutas sobre a base de uma plataforma que reúna demandas nacionais, democráticas e sociais. Essa é a política da frente anti-imperialista. A perspectiva é a revolução social que exproprie os principais meios de produção, que ordene e planeje a economia para atender às necessidades do País, que ignore a dívida externa fraudulenta e os acordos com o FMI, que estatize o comércio exterior e a banca, que conquiste a soberania nacional rompendo todos os acordos diplomáticos e militares com o imperialismo. Com esta política, estamos construindo o POR e o CERQUI. Convidamos a vanguarda com consciência de classe a debater os documentos aprovados em nosso XVI Congresso.

Israel

## **Proletariado israelita mobiliza-se contra o governo genocida da ultradireita Netanyahu**

*Corresponde unificar a luta dos proletários, judeus, palestinos e árabes contra a exploração e a barbárie capitalista*

Uma das maiores centrais sindicais de Israel organizou uma vigorosa greve geral que paralisou o país durante várias horas, canalizando a agitação social contra o governo de Netanyahu que, devido aos seus cálculos de sobrevivência política, tem dificultado um acordo de cessar-fogo com a insurgência, liderada pelo HAMAS, atitude que foi denunciada como responsável pela morte de reféns.

Antes das ações do HAMAS de Outubro do ano passado, havia ocorrido uma série de protestos e mobilizações lideradas por vários sindicatos israelitas contra a reforma judicial antidemocrática promovida pelo governo de extrema-direita de Netanyahu. As ações do HAMAS serviram de justificativa para o governo alinhar o partido no poder e a oposição política em torno ao vacilante partido de extrema-direita de Netanyahu e silenciar o proletariado.

A recente greve mostra que a paciência do proletariado judeu esgotou-se face à incapacidade do governo de resolver a crise dos reféns. A manobra já não serve ao governo para garantir a sua estabilidade política interna e é obrigado a recorrer à repressão policial e à perseguição judicial dos opositores. Mas, mesmo assim, a greve sindical é um vislumbre que antecipa a evidência de que o destino do conflito na Palestina depende da atitude dos proletários judeus, palestinos e árabes e, em última instância, do proletariado em escala internacional. E que a crise entre o Leste não pode ser considerada separada da luta de classes e dos interesses do imperialismo norte-americano para não perder a hegemonia na economia mundial.

A limitação da greve é que não se manifesta contra o genocídio na Palestina, mantém um silêncio cúmplice com a burguesia e o governo sionista, o que não é de forma alguma coincidência e é explicado pelo fato de os altos dirigentes sindicais estarem relacionados ao sionismo e ao fato de o proletariado israelita ter-se beneficiado da expropriação do povo palestino. Algo semelhante ao que aconteceu com o proletariado das metrópoles, que se be-

neficiou da desapropriação do proletariado dos países capitalistas atrasados.

Como emergência de pressão governamental, a greve foi declarada ilegal, sob o pretexto de que os seus objetivos não eram sindicais, mas sim políticos, e os dirigentes decidiram acatar esta disposição, que está longe de ter travado a agitação social.

A possibilidade de coexistência pacífica depende da solução do problema palestino, ou seja, do respeito ao direito à autodeterminação e, nesse quadro, do estabelecimento de um Estado laico. Mas, este objetivo democrático é impossível no quadro da subsistência do Estado Sionista e do poder dos interesses dos grandes capitalistas judeus, cujo principal aliado é o imperialismo norte-americano. A criação de um Estado laico, baseado no direito à autodeterminação, só poderá tornar-se realidade no quadro do programa da revolução proletária, que estabelece a união dos estados árabes socialistas, cuja existência dependerá do fim de todas as formas de democracia nacional e social na região. O repetido fracasso da saída acordada pela ONU de dois Estados burgueses confirma, através da sua recusa, a alternativa do programa do proletariado.

É em torno desse programa que a luta deve ser unificada. Esta tarefa corresponde à Internacional revolucionária reconstituída como o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional). Enquanto o proletariado judeu, palestino e árabe em geral estiver sob a liderança de grupos políticos burgueses nacionalistas, sionistas, fundamentalistas islâmicos etc., o problema permanecerá sem solução e os níveis de barbárie aumentarão, desencadeando uma guerra que envolve o mundo e não apenas o povo palestino. Mais uma vez a realidade é responsável por reiterar a conclusão do Programa de Transição elaborado por Trotsky: o mundo enfrenta um dilema; socialismo ou barbárie, e, diante disso, o principal problema é a crise de direção do proletariado.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 2805, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

Chile

## A um mês das novas farsas eleitorais burguesas

O mês de setembro traz à memória momentos trágicos para a classe operária e para a nação chilena, como o golpe militar de 1973 e a subsequente ditadura, que governou com métodos próprios do fascismo. Instituiu-se um governo coerente com o decadente regime capitalista que, para perpetuar-se, se reformula em capitalismo neoliberal, e de forma vagarosa destrói as bases econômicas do capitalismo de Estado, privando os cidadãos, até mesmo do ar que respira.

Após 29 anos de governos civis, uma rebelião popular sem precedentes irrompeu no país, em 18 de outubro de 2019. Para deter essa rebelião que recebeu o apoio instintivo da classe operária mineira e portuária - ação que assustou toda a politicagem burguesa - o governo da época, chefiado por Sebastián Piñera, convocou todos os políticos burgueses, parlamentares e líderes partidários a formarem uma mesa de diálogo para defender a propriedade privada e a democracia burguesa com a proposta distracionista de "paz e a não-violência", com o doce envenenado da famosa reforma constitucional a qual sempre o ultradireitista Piñera se opôs. Esse acordo de salvamento sob o comando da burguesia foi usado para convencer os oprimidos de que esse caminho os levaria a resolver o grave e nocivo tratamento que recebiam diariamente do capital oligárquico nacional e transnacional, seja do capital financeiro norte-americano ou chinês.

Neste 4 de setembro, se completaram dois anos da rejeição desse programa estalinista, reformista, anarquista e revisionista do trotskismo, programaticamente apresentado como a "refundação do capitalismo", definitivamente em favor da ditadura burguesa contra a maioria nacional. Diante de tal fracasso, o piñerismo, junto com o governo de Boric, promoveu uma segunda tentativa de reforma constitucional que também foi rejeitada. Em ambas as situações, o voto foi superior a 60% dos eleitores, excluindo-se os votos nulos e brancos. A classe operária e os oprimidos devem entender que as rebeliões populares, embora mostrem a coragem da luta dos oprimidos, não bastam para acabar com os abusos da classe dominante, que sempre usará todas as suas ferramentas para esmagá-las, em caso de comprometer sua estabilidade. As forças políticas, jurídicas, policiais e armadas da burguesia, permanentemente dispostas para submeter toda a nação às forças brutais que possui, mantêm o regime político estabelecido no modo da produção capitalista.

Falta pouco mais de um mês para que ocorra uma mudança de autoridades da burguesia no país. Neste período, se estabelece a luta eleitoral, em que os políticos burgueses usam todas as formas de disputa que o sistema permite e incentiva. Logo vêm as acusações de corrupção, tráfico de influência, mentiras descaradas uns contra os outros, deixando-se de lado os problemas reais sofridos pelos oprimidos. Existem até conspirações para exigir a prisão do governante de um país vizinho, conspiração chefiada pelo ex-presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, que, como presidente do Chile, libertou um narcotraficante de seu partido democrata cristão, que a bordo de um iate transportava 1.000 quilos de cocaína de alta pureza. Esse tipo de facínoras são os que através do voto mantêm a vassalagem do país ao imperialismo e sujeitam a classe operária e a nação à superexploração, bem como todo o patrimônio da riqueza natural da nação. Um lápis e um pedaço de papel ratificam a submissão ao imperialismo, a exploração e a submissão à barbárie.

A única solução é a revolução proletária que enterrará o capitalismo para sempre. Chamamos a anular o voto, ampliando o desprezo a toda corrupta politicagem burguesa. Porque são todos a mesma coisa em sua essência. O voto é a forma de luta imposta pela burguesia para subjugar toda a nação.

A luta da classe operária deve ser unificada em torno à de todos os oprimidos do país. Essa luta deve ser dirigida pela classe operária porque é a única classe revolucionária – por instinto e consciência quando se organiza – estruturando o Partido Operário Revolucionário. A limitação a lutas parciais por setores isolados enfraquece os objetivos que se perseguem, desmoralizando a luta. A organização de todos os oprimidos deve incluir todos os operários, tanto industriais quanto artesanais, sindicatos de saúde e educação, porque todos estão sujeitos à superexploração burguesa, abrangendo todas as nações-classe como os Mapuches, Aymaras, Quíchuas, Rapanui etc.

Os que se autodenominam apolíticos são aqueles que apoiam a politicagem burguesa e a outros que se beneficiam da decadência e obscurantismo impostos por essa burguesia corrupta e decadente, pelo narcotráfico, pelos traficantes de mulheres a se prostituírem, traficantes de armas e órgãos humanos, quase todos em conluio com agentes do Estado. Por esta razão, os grandes empresários nunca caem, sempre são os pequenos traficantes os capturados, o que é útil para que a imprensa burguesa consiga fazer estardalhaço e uma grande circulação de jornais por longas semanas ou mesmo meses.

O capitalismo não pode ser reformado, deve ser exterminado como meio de produção. Todo avanço da humanidade depende da revolução. Trata-se de mudar radicalmente um sistema caduco que bloqueia o avanço da humanidade e estabelecer um sistema superior que elimine a exploração do homem pelo homem.

Para superar uma sociedade sustentada por aparatos repressivos que reafirmam a exploração dos homens contra os outros e esgotam os recursos naturais, esta deve perecer, de modo a criar uma sociedade de homens livres. Somente a revolução proletária será capaz de tal empreendimento, seguindo a orientação do partido dessa classe, a que produz os bens necessários a toda a sociedade, e deixe de pertencer a um pequeno grupo de proprietários desses meios de produção, sendo substituído pela propriedade social de toda a nação. Chamamos a anular o voto nas eleições burguesas!

Construamos a ferramenta que destruirá o atual sistema capitalista. Construir os partidos operários revolucionários, baseados no centralismo democrático. A discussão política deve ser garantida em todos os âmbitos da sociedade.

Em 3 de setembro de 1938 foi fundada a quarta internacional, como o partido da revolução socialista proletária, porque a burocracia estalinista destruiu a terceira internacional liderada por Lênin e Trotsky. Esta deve ser reconstruída para superar o abandono do programa revolucionário proletário pelas correntes pseudotrotskistas.

**DEFENDEMOS A REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA E SEU INTERNACIONALISMO!**

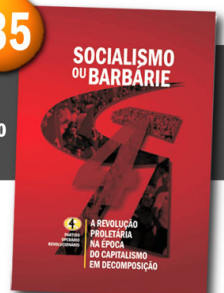
*(Extraído do Boletim Revolução Proletária, nº 23, Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile, seção CERQUI)*

Adquira com o distribuidor de Massas:

**R\$ 35**

**SOCIALISMO  
OU BARBARIE**

A Revolução  
Proletária na  
época do capitalismo  
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Trotsky

## 32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas 705*, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas 706*, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas 707*, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas 708* expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas 710*, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas 712*, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas 713*, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934”.

No *Massas 715*, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas 716*, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos

que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e à

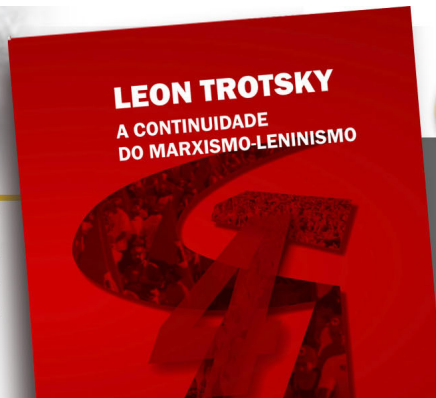
pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin. No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a caracterização da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restauração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 19137), “Sobre a defesa da URSS” (26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937). No vol. 3, consta o folheto “Estalinismo e Bolchevismo (Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional)”, de agosto de 1937. As principais formulações sobre a burocratização do Estado operário e o processo contrarrevolucionário da restauração se encontram neste documento. Há no entanto considerações sobre a mesma questão nos textos: “No Limiar de uma Guerra Mundial” (agosto de 1937); “Entrevista ao ‘México ao Dia’”, agosto de 1937; “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York”, agosto de 1937.

No Tomo IX, 1937-1938, vol. 1, comparecem os seguintes documentos referentes à burocratização do Estado soviético e a necessidade de uma correta caracterização. São eles: “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa”, novembro de 1937; “Nem Estado operário, nem Estado burguês?”, novembro de 1937; “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”, janeiro de 1938.

Publicado o livro:

### LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR



# “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa”

Novembro de 1937

Em nossa exposição sobre os fundamentos da burocratização do Estado operário e de sua degeneração, observamos que Trotsky se viu na contingência de combater não apenas os estalinistas como também os opositores – via de regra centristas e esquerdistas – que deformavam e confundiam o fenômeno histórico do surgimento inusitado de uma burocracia no interior do partido e do Estado. As formulações antimarxistas sobre a natureza do Estado e do regime político se erguiam como obstáculos na luta do marxismo-leninismo pela derrocada da ditadura burocrática e derrota das tendências termidorianas, restauracionistas e, portanto, contrarrevolucionárias.

O documento “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa” respondeu criticamente à conceituação feita por Yvan Craipeau, que se destacava como um dos dirigentes da seção francesa do Movimento pela IV Internacional, de que a burocracia soviética seria uma classe. A confusão entre burocracia de Estado e classe social dava margem a erros fatais na luta contra a fração estalinista que havia se apropriado do partido e se constituído em núcleo central do regime autocrático. Trotsky desfaz o “radicalismo terminológico” de Craipeau. Assinala: “O problema é que Craipeau não analisa os fatos como são, tão somente recorre a argumentos lógicos a favor de uma tese pré-concebida. Este método é, em sua essência, antidualético e, portanto, antimarxista”. Explica: “Desgraçadamente, esse radicalismo terminológico não avança muito as coisas. Admitamos, por um momento, que a burocracia é realmente uma classe, no sentido da sociologia marxista. Teremos então uma forma nova de classe social, que nem é idêntica à da sociedade feudal ou da capitalista, a qual nunca foi prevista pelos teóricos marxistas”.

Partindo da falsa caracterização da burocracia soviética como classe, o ex-militante do Movimento pela IV Internacional – Craipeau rompeu com Trotsky – se colocou contra a tese de defesa incondicional da URSS no caso da guerra imperialista. Craipeau não considerava em sua explicação as conquistas econômicas baseadas na propriedade nacionalizada que ainda se preservavam. Fechava os olhos aos ensinamentos do marxismo que comprovam “que as forças produtivas são um fator fundamental do progresso histórico”. A defesa da URSS no caso da guerra respondia ao “destino da propriedade nacionalizada e da economia planificada”. A posição de Craipeau de que a burocracia era uma classe desvinculava a noção de classe, no sentido marxista, de sua relação com a propriedade dos meios

de produção. Era necessário observar que “a economia nacionalizada criava uma situação completamente nova para a burocracia e abria novas possibilidades, tanto de progresso como de degeneração”. Referindo-se ao processo de degeneração, Trotsky afirma: “Sem uma guerra civil vitoriosa a burocracia não pode dar origem a uma nova classe dirigente (...) O que está ocorrendo agora na União Soviética é somente uma guerra civil preventiva iniciada pela burocracia”. A referência à guerra civil preventiva diz respeito aos Processos de Moscou.

O sentido fundamental da explicação histórica da burocratização do Estado operário estava em que abria um curso para a restauração capitalista. Assim, formula Trotsky: “Ninguém negou a possibilidade – especialmente no caso de prolongada decadência mundial – da restauração de uma nova classe possuidora resultante da burocracia. A presente posição social da burocracia, que por meio do Estado tem em suas mãos ‘até certo ponto’ as forças produtivas, é um ponto de partida extremamente importante para este processo de transformação. É, no entanto, um problema de possibilidade histórica, e não um fato já ocorrido”. (...) “A experiência nos ensinou que o Estado dos trabalhadores é ainda um Estado, isto é, um produto do passado bárbaro; que é duplamente bárbaro em um país isolado e atrasado; que sob condições desfavoráveis pode degenerar-se até o ponto de tornar-se irreconhecível; que pode exigir uma revolução suplementar, com o objetivo de regenerá-lo. Mas o Estado dos trabalhadores continua, no entanto, como uma etapa inevitável em nosso caminho. Esta etapa não pode ser superada, senão pela revolução permanente do proletariado internacional”. (...) “Mas uma vez que essa nova revolução deve desenvolver-se sobre a base da propriedade estatal e da economia planificada, temos caracterizado a queda da burocracia como uma revolução política, para distingui-la da revolução social de 1917”.

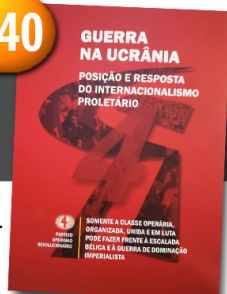
Essa explicação tem enorme valor teórico e histórico porque correspondia ao método marxista de enfrentar os fenômenos novos sem abandonar os seus antecedentes. A burocracia estalinista não era uma classe social, mas acabaria servindo de instrumento para a restauração de uma nova classe burguesa. Enquanto estivessem preservados os fundamentos gerais da Revolução de Outubro – economia nacionalizada, economia planificada e monopólio do comércio exterior – e o impulso progressivo das forças produtivas colocava-se uma revolução política.

LANÇAMENTO!

## GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

## PALESTINA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



## “Nem Estado operário, nem Estado burguês”

*Novembro de 1937*

Esse documento responde a Burnham e Carter, ambos dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores dos Estados Unidos (SWP). A inconsistência da afirmação de que já não havia Estado operário na União Soviética começava pelo reconhecimento de que “a estrutura econômica estabelecida pela Revolução de Outubro permanece basicamente intacta”. E que por isso era “dever do proletariado soviético e mundial (...) defender a União Soviética dos ataques imperialistas”. Diante da flagrante contradição, Trotsky retruca: “(...) posto que ‘que a estrutura econômica ainda permanece basicamente intacta’, a União Soviética não se transformou em Estado burguês”.

A ideia de que o Estado soviético não é uma organização de dominação de classe expressava uma posição revisionista da “teoria de classe do Estado”. Trotsky esclarece a sua crítica: “Se subentende que não somos fetichistas; se alguns fatos históricos exigirem uma revisão da teoria, não deixaremos de fazê-lo. Mas a experiência lamentável dos velhos revisionistas deveria, em todo o caso, causar-nos uma saudável cautela”. A questão é explicada do ponto de vista da “natureza de classe do Estado”, que é “determinada não por suas formas políticas, mas por seu conteúdo social, isto é, pelo caráter das formas de propriedade e das relações produtivas que tal Estado guarda e defende”. Assim as contradições entre a burocracia e a economia não definem por si só a mudança do caráter de classe do Estado. O processo de desintegração do monopólio estatal que mostrava seus sinais não poderia ser confundido com a própria desintegração. Era preciso reconhecer que “o regime que defende contra os imperialistas a propriedade expropriada e nacionalizada é, independentemente das formas políticas, a ditadura do proletariado”.

Trotsky assenta a tese marxista sobre a degeneração burocrática do Estado operário: “(...) a concentração de poder nas mãos da burocracia, e ainda o lento desenvolvimento das forças produtivas por si mesmas, não modifica a natureza de classe da sociedade e seu Estado. Somente a intervenção de uma força revolucionária ou

contrarrevolucionária nas relações de propriedade pode modificar a natureza de classe do Estado”. Conclui: “Se uma contrarrevolução burguesa tivesse êxito na União Soviética, por um longo período de tempo, o novo governo teria de basear-se na economia nacionalizada. Mas, o que significa esse tipo de conflito temporal entre a economia e o Estado? Significa uma revolução ou contrarrevolução. A vitória de uma classe sobre outra significa a reconstrução da economia de acordo aos interesses dos vencedores. Mas tal condição dicotômica, a qual é uma etapa necessária em toda reviravolta social, não tem nada em comum com a teoria de um Estado sem classes (...)”.

Trotsky critica a substituição do “método objetivo e dialético pelo subjetivo e ‘normativista’”. E demonstra: “Nosso programa contava com um desenvolvimento progressivo do Estado operário e, portanto, com sua gradual extinção. Mas a história que nem sempre atua ‘de acordo a um programa’ nos confrontou com o processo de degeneração do Estado dos trabalhadores”. O fato observado do Estado operário se colocar em choque com o programa bolchevique não quer dizer que já deixou de ser um Estado operário. Trata-se ainda de um processo. É preciso não confundir e identificar como se fosse a mesma coisa as normas programáticas e os fatos.

Trotsky chega à conclusão: “Ao mesmo tempo o Estado dos trabalhadores é um fato histórico objetivo, o qual está sendo submetido à influência de diferentes forças históricas e pode (...) chegar a uma contradição total com as normas tradicionais”. A contradição terá de levar à destruição da propriedade nacionalizada e da economia planificada para que o Estado deixe de ser operário. Nesse caso, as mudanças se fazem em contraposição ao programa e à teoria da revolução proletária, que regeram à tomada do poder a à expropriação da burguesia em outubro de 1917. Com essa orientação, “a defesa da União da Soviética significa não somente a luta suprema contra o imperialismo, como também uma preparação para a derrocada da burocracia bonapartista”.

## “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”

*Janeiro de 1938*

Nesse documento, Trotsky explica a “contradição entre a forma revolucionária da propriedade e a política termidoriana, isto é, reacionária” do estalinismo. Constata: “(...) até o momento essa política tem sido incapaz (...) de destruir a forma revolucionária da propriedade”. Ainda que a política do governo estalinista esteja em oposição ao programa do bolchevismo, “a burocracia está obrigada a adaptar exteriormente suas tendências aos antigos princípios do bolchevismo: continua jurando pelos Pactos de Outubro (...) e se refere invariavelmente ao Estado soviético como socialista”. Era imprescindível diante dessa

contradição, reconhecer que “a preservação da propriedade estatal dos meios de produção” continuava sendo de grande importância, “uma vez que, com a ajuda economia planificada, permitia alcançar um rápido desenvolvimento das forças produtivas”. Os dados econômicos do momento obrigavam a admitir o forte ritmo de desenvolvimento.

Trotsky chama a atenção daqueles que consideravam já restabelecido o regime capitalista ou inexistente o Estado operário para a obrigatoriedade de verificar o desenvolvimento das forças produtivas. O impulso econômico se devia à economia nacionalizada e planificada.

Ou seja, não devia à política e a ditadura burocrática instalada pelo estalinismo. A democracia soviética se constituiu em um mecanismo necessário para edificar o sistema socialista da economia e sustentá-lo nas condições adversas. O estalinismo passou a ser a negação da democracia soviética: “A camarilha dirigente beneficiária substituiu o soviete, o partido, o sindicato e a democracia cooperativa pelo domínio de funcionários”. Notava-se que o desenvolvimento econômico não estava voltado a superar a desigualdade social e os privilégios típicos do capitalismo. Assim, Trotsky denuncia que “mesmo que a burocracia estivesse ainda obrigada a adaptar às instituições e tradições da Revolução de Outubro, sua política, que expressa seus próprios interesses, é diretamente oposta aos interesses do povo e do socialismo”.

A oposição revolucionária ao revisionismo estalinista estava diante da deformação e negação da ditadura do proletariado, que “é somente um instituição temporal indispensável aos trabalhadores para fazer frente à resistência dos exploradores e para destruir a exploração”. A burocracia estalinista procurava convencer de que o socialismo estava avançando a um grau elevado. Se assim fosse, a ditadura do proletariado caminhava para a sua extinção. O que se observava era que a ditadura burocrática favorecia ao “renascimento de contradições sociais”.

Desse ponto de partida da análise, Trotsky extrai um prognóstico: “Se o processo continua nesta direção, deve levar inevitavelmente ao renascimento das classes, a liquidação da economia planificada e a restauração da propriedade capitalista”. Tarefas básicas colocadas pela revolução - como “dissolver o exército no povo e transformá-lo em milícias”, avançar a “emancipação da mulher”, destruir “a unidade familiar econômica pequeno-burguesa”, acabar “com a escravidão doméstica da mulher”, abrir caminho para “uma nova cultura”, despertar a crítica e garantir o direito da autodeterminação e separação da nacionalidade oprimida - não só não estavam sendo resolvidas como obstaculizadas. Em resumo: “De um instrumento de defesa socialista, o exército se transformou em um instrumento de defesa dos privilégios da burocracia; a burocracia restaurou a criminalização do aborto e o núcleo mais reacionário e ignorante do regime de classe, que é a família pequeno-burguesa; a GPU ‘expurga’ poetas, astrônomos, pedagogos e músicos e assim as melhores cabeças perecem diante do cano dos revólveres; transformou a União Soviética em um nova prisão dos povos”.

Trotsky responde a pergunta que intitula o documento mostrando que as conquistas da Revolução de Outubro ainda se encontravam preservadas, mas atingidas pela edificação da ditadura estalinista e afastamento da classe operária do controle da economia e do Estado. Conclui a resposta: “A burocracia reacionária tem de ser derrubada e o será. A revolução política na União Soviética é inevitável. Significará a libertação dos elementos da nova sociedade do jugo da burocracia usurpadora. Somente se esta condição se coloca, a União Soviética será capaz de desenvolver-se rumo ao socialismo”.

Nota-se que Trotsky se empenha em demonstrar o fenômeno histórico da burocratização do primeiro Estado operário triunfante e convencer as próprias fileiras do movimento pela IV Internacional elaborando o programa e as teses da revolução política.

*(As citações foram extraídas do Tomo IX, 1937-1938, vol. 1, Editorial Pluma)*



**NOSSA CLASSE**  
Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!

**Participe do**

**ENCONTRO**

**OPERÁRIO**

• 29/09 | 15h  
• Santo André  
• Presencial

Entre em contato: (11) 95446-2020  
@massas.por



**Escute o Massas,**  
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

